

REGIMENTO DE MUSEU

PROCESSO 64.1.9221.1.3 – MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

São Paulo, 23 de agosto de 2011.

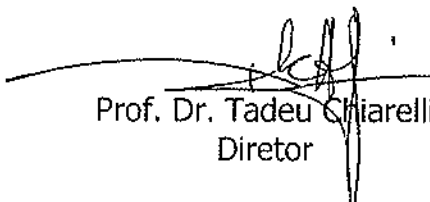
Of. ATAAC-018/2011

Senhor Procurador Geral

Encaminhamos a Vossa Senhoria versão revisada da proposta do novo regimento interno do Museu de Arte Contemporânea, a partir das considerações emitidas pela Procuradoria Geral e submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo do Museu em 11.08.2011.

Esclarecemos que, no documento às fls. 371 a 389 as correções/inclusões estão destacadas em vermelho e as supressões em tachado. O que gostaríamos que permanecesse está em azul, com a justificativa em forma de notas de rodapé. As fls. 390 a 406 referem-se ao texto final, após as referidas modificações.

Cordialmente,



Prof. Dr. Tadeu Chiarelli
Diretor

Senhor
Professor Doutor **Gustavo Ferraz de Campos Mônaco**
Procurador Geral da Universidade de São Paulo

**ANTEPROJETO DE REGIMENTO DO MUSEU DE ARTE
CONTEMPORÂNEA**

Atualizado

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO DO REGIMENTO

Artigo 1º – O Regimento do Museu de Arte Contemporânea tem por objetivos:

- I – definir a missão, objetivos institucionais e estratégias de gestão acadêmica;
- II – promover sua inserção acadêmica, consideradas as relações com os demais componentes da Universidade; e
- III – disciplinar a sua estrutura orgânica, fixando as diretrizes gerais de seu funcionamento.

CAPÍTULO II

DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Artigo 2º – O MAC tem por missão:

- I - promover o estudo e a difusão do acervo, assim como a sua conservação, proteção, valorização e ampliação, bem como seu conhecimento como patrimônio artístico brasileiro no Brasil e no Exterior;
- II - desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Museologia da Arte, História, Teoria e Crítica de Arte e Educação e Arte em Museus;
- III - incentivar o intercâmbio científico e cultural com instituições afins no Brasil e no Exterior; e
- IV – fomentar a produção artística contemporânea.

Artigo 3º – São objetivos institucionais do MAC:

- I – executar procedimentos curatoriais;
- II – desenvolver pesquisas interdisciplinares;

- III – ministrar o ensino de graduação e de pós-graduação;
- IV – editar publicações técnicas e científicas;
- V – manter intercâmbio científico e cultural com instituições afins do Brasil e do exterior; e
- VI – propiciar condições para o desenvolvimento de projetos artísticos.

Artigo 4º – No MAC, a curadoria compreende o ciclo completo de procedimentos técnicos e científicos necessários à interpretação, conservação e promoção dos acervos institucionais, distribuídos na seguinte cadeia operacional:

- I – formação e ampliação de coleções, consideradas as características de cada domínio do conhecimento e sua problemática;
- II – estudo, documentação e circulação dos conhecimentos produzidos para fins científicos e de formação profissional;
- III – preservação das coleções, incluindo soluções de catalogação, digitalização e gerenciamento de informação, armazenamento, conservação preventiva e restauração;
- IV – comunicação do conhecimento por meio de exposições, publicações, cursos e ações educativas; e
- V – elaboração de políticas para a recepção e realização de projetos artísticos.

§ 1º – O processo curatorial integra as responsabilidades universitárias de pesquisa, ensino e extensão universitária, envolvendo estudos de Museologia da Arte, História, Teoria e Crítica de Arte e Educação e Arte em Museus.

§ 2º - Todas as atividades de extroversão do Museu deverão estar fundamentadas no respeito à diversidade cultural, de gênero e na participação comunitária.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º – São órgãos de administração do MAC:

- I – Conselho Deliberativo
- II – Diretoria
- III - Comissão Técnico-Administrativa
- IV - Comissão de Graduação
- V - Comissão de Pós-Graduação
- VI - Comissão de Pesquisa
- VII - Comissão de Cultura e Extensão Universitária

SEÇÃO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 6º – O Conselho Deliberativo, órgão superior deliberativo e recursal, tem a seguinte composição:

- I - o Diretor, seu Presidente;
- II - o Vice-Diretor;
- III - os Presidentes das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária;
- IV - um representante de cada categoria da carreira docente eleito pelos seus pares, com mandato de dois anos, permitida a recondução;
- V - dois representantes dos servidores técnicos e administrativos eleitos pelos seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução;
- VI - um representante discente, aluno de Graduação ou Pós-Graduação do MAC ou de outras Unidades de Pesquisa e Ensino, que esteja desenvolvendo projeto no Museu, eleito pelos seus pares, para mandato de um ano;

VII - Um artista, vinculado ou não à USP, escolhido pelo Conselho Deliberativo, com mandato de dois anos, permitidas reconduções; e ¹

VIII - Um profissional da área de teoria e crítica de arte, vinculado ou não à USP, escolhido pelo Conselho Deliberativo, com mandato de dois anos, permitidas reconduções. ¹

§ 1º - Os presidentes das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária serão substituídos pelos respectivos suplentes nas suas faltas e impedimentos.

§ 2º - Os representantes referidos nos incisos IV, V, VI, terão seus respectivos suplentes escolhidos da mesma forma e na mesma época.

§ 3º - Aplicam-se à eleição da representação discente os dispositivos do artigo 223 do Regimento Geral e, no que couberem os demais artigos que regulamentam as eleições do corpo discente.

Artigo 7º – Além do disposto no art 46B, do Regimento Geral, é da competência do Conselho Deliberativo:

I - aprovar as políticas institucionais propostas pelos demais órgãos de administração do Museu;

II - aprovar o plano de metas institucional;

III - aprovar os procedimentos administrativos, financeiros e funcionais;

IV - propor aos Conselhos de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária as respectivas matérias de suas competências;

V - aprovar o Regulamento das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária, de acordo com o estabelecido nos regimentos dos Conselhos Centrais;

¹ Tendo em vista a existência de Conselhos Deliberativos de Órgãos da USP, como por exemplo o Instituto de Estudos Avançados, que contam com membros externos em sua composição e considerando a importância Cultural e Social do acervo do MAC, julgamos pertinente e pedimos a permanência dos profissionais indicados.

VI - deliberar sobre a criação ou reformulação de programas de pós-graduação, mediante proposta da CPG, nos termos do Regimento da Pós-Graduação;

VII - aprovar as modificações na estrutura administrativa do MAC, mediante proposta do Diretor, ouvida a CTA;

VIII - propor ao Conselho Universitário a criação de cargos docentes;

IX - aprovar as propostas de abertura, inscrição de candidatos, composição de comissões julgadoras e seus relatórios em concursos de livre-docência e da carreira docente;

X - decidir sobre o empate de indicações em concursos da carreira docente a partir da apreciação do relatório das comissões julgadoras, fazendo prevalecer, sucessivamente, a média geral obtida, o maior título universitário e o maior tempo de serviço docente na USP;

XI - aprovar, por dois terços dos votos da totalidade de seus membros, a suspensão de concursos;

XII - deliberar sobre a renovação contratual de docentes;

XIII - deliberar sobre a aplicação da pena de demissão de membros do corpo docente, assegurado a estes o amplo direito de defesa, encaminhando o processo ao Reitor para execução;

XIV - deliberar sobre a contratação de servidores técnicos e administrativos;

XV - deliberar sobre a aplicação da pena de desligamento de membros do corpo docente, assegurado a estes o amplo direito de defesa;

XVI - deliberar, em grau de recurso, sobre a impugnação de atos do Diretor;

XVII - deliberar, em grau de recurso, sobre as decisões das Comissões Técnico-Administrativa, de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária;

XVIII - deliberar sobre pareceres circunstanciados emitidos pela Comissão de Graduação acerca dos processos de revalidação de diplomas de Graduação expedidos por estabelecimentos nacionais e estrangeiros de ensino superior;

XIX - aprovar, por proposta de membros do quadro docente, a admissão de professor visitante, nos termos estatutários e regimentais;

XX - aprovar, por proposta de membros do quadro docente, a contratação de professor colaborador, nos termos estatutários e regimentais;

XXI - deliberar sobre a equivalência de títulos de mestre e doutor obtidos em instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras, e de título de livre-docente obtido em outras instituições;

XXII - deliberar sobre doações, aquisições, subvenções e legados, observado o ordenamento superior;

XXIII - aprovar o relatório anual elaborado pelo Diretor;

XXIV - elaborar, na forma regimental, a lista triplíce para a escolha do Diretor e do Vice-Diretor;

XXV - autorizar o pedido de comissionamento de pesquisadores de outros órgãos públicos no MAC;

XXVI - propor ao CoG a estrutura curricular, dos cursos sob sua responsabilidade, bem como suas modificações;

XXVII - propor ao CoG os programas das disciplinas ministradas pela Unidade;

XXVIII - propor ao CoG a criação ou extinção de cursos de graduação;

XXIX - deliberar sobre casos omissos neste regimento, encaminhando-os aos órgãos competentes; e

XXX - delegar parte de suas atribuições à CTA.²

Parágrafo único - As competências enumeradas neste artigo não excluem outras que decorram do Estatuto e do Regimento Geral da USP;

Artigo 8º - O Conselho Deliberativo se reúne ordinariamente, no mínimo, duas vezes por semestre e extraordinariamente mediante convocação do Diretor, que é seu Presidente.

² Redação extraída do inciso XXVI do Artigo 39 do Regimento Geral da USP.

§ 1º - As convocações para as sessões dos Colegiados serão feitas por escrito ou por via eletrônica, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, acompanhadas da ata da sessão anterior e da pauta dos trabalhos devidamente informada. Serão instaladas e terão prosseguimento com a presença de mais da metade de seus membros.

§ 2º - Não havendo o quorum mencionado em primeira convocação, poderá ser feita a segunda com intervalo mínimo de meia hora.

§ 3º - Persistindo a falta de número, terá lugar uma terceira convocação, admissível com meia hora de intervalo após a segunda, podendo o Colegiado, então, deliberar com qualquer número, ressalvados os casos de quorum especial.

SEÇÃO II

DO DIRETOR E DO VICE-DIRETOR

Artigo 9º - O Diretor e o Vice-Diretor do MAC serão escolhidos pelo Reitor, nos termos do Artigo 46 do Estatuto da USP, dentre os nomes componentes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Deliberativo especialmente reunido para esta finalidade.

Artigo 10 - Compete ao Diretor:

- I - planejar e coordenar a elaboração e a execução do plano anual de atividades do MAC;
- II - cumprir o plano de metas;
- III - convocar, preparar a pauta e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo e da Comissão Técnico – Administrativa;
- IV - submeter à apreciação do Conselho Deliberativo a programação e o relatório anual;
- V - dar cumprimento às determinações do Conselho Deliberativo;
- VI - providenciar a abertura de concursos da carreira docente e para obtenção do título de livre-docente;

VII - em casos de urgência, adotar as medidas que se fizerem necessárias, *ad referendum* do Conselho Deliberativo; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo ordenamento superior.

§ 1º – O Diretor poderá delegar atribuições ao Vice-Diretor que, neste caso, contará com os meios e os auxiliares indispensáveis para o desempenho das atividades delegadas.

§ 2º – Por delegação de competência do Diretor, membros docentes do CD poderão assumir responsabilidades por atividades especiais junto a órgãos e instituições externas.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO TÉCNICO – ADMINISTRATIVA

Artigo 11 – A CTA tem a seguinte composição:

- I - O Diretor do Museu;
- II - O Vice – Diretor do Museu;
- III- O Presidente da Comissão de Graduação;
- IV - O Presidente da Comissão de Pós-Graduação;
- V - O Presidente da Comissão de Pesquisa;
- VI - O Presidente da Comissão de Cultura e Extensão;
- VII - dois representantes dos servidores técnicos e administrativos;
- VIII - um representante discente, aluno de Graduação ou Pós-Graduação do MAC ou de outras Unidades de Pesquisa e Ensino, que esteja desenvolvendo projeto no Museu.

Parágrafo único - os representantes indicados nos incisos VII e VIII serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de dois e de um ano respectivamente.

Artigo 12 – Além do previsto no artigo 46-C do Regimento Geral, compete à CTA:

- I - aprovar o orçamento do Museu;
- II - propor ao Conselho Deliberativo a criação de cargos e funções docentes, mediante proposta de membros do quadro docente;
- III - opinar e/ou deliberar sobre contratações, relotação, afastamentos de servidores técnicos e administrativos;
- IV - opinar sobre modificações na estrutura administrativa do MAC, mediante proposta do Diretor;
- V - deliberar sobre remanejamentos espaciais nas instalações prediais do Museu;
- VI - opinar sobre as normas de funcionamento e expediente do Museu;
- VII - aprovar o inventário e o registro de bens culturais e científicos do acervo, bem como o programa de segurança e a política de ingresso no Museu;
- VIII - aprovar os relatórios de afastamentos do corpo de servidores técnicos e administrativos do MAC;
- IX – opinar sobre as matérias que lhe forem encaminhadas pelo Diretor, pelo CD ou pelas Comissões definidas no artigo 12 deste Regimento.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES DE GRADUAÇÃO, DE PÓS-GRADUAÇÃO, DE PESQUISA E DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Subseção I

Disposições Gerais

Artigo 13 - As comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária deverão elaborar e fazer executar as políticas

institucionais de ensino, pesquisa e extensão universitária, traçando as diretrizes para orientar e avaliar as ações do MAC nos respectivos âmbitos de competência, considerando a missão e os objetivos institucionais.

§ 1º - Cabe à Comissão de Graduação a gestão da grade curricular de graduação e atividades correlatas de cunho didático-científico neste nível, considerada a orientação geral do Conselho de Graduação;

§ 2º - Cabe à Comissão de Pós-Graduação a gestão dos programas de pós-graduação e atividades correlatas de cunho didático-científico neste nível, considerada a orientação geral do Conselho de Pós-Graduação;

§ 3º - Cabe à Comissão de Pesquisa a elaboração da política de acervo e a gestão da investigação técnica e científica, inclusive a promoção de atividades de pós-doutorado, considerada a orientação geral do Conselho de Pesquisa;

§ 4º - Cabe à Comissão de Cultura e Extensão Universitária a gestão das ações que visem promover o patrimônio cultural, estendendo à sociedade as atividades indissociáveis ao ensino e a pesquisa, considerada a orientação geral do Conselho de Cultura e Extensão Universitária.

§ 5º - Compete às comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária deliberar sobre matérias de sua competência que lhes sejam submetidas pelo Conselho Deliberativo, pelo Diretor, pelas respectivas Pró-Reitorias e Conselhos Centrais.

Artigo 14 – Cada comissão definirá no respectivo regulamento interno:

- I – o elenco de suas atribuições específicas, considerados o ordenamento geral estabelecido pelos respectivos Conselhos Centrais e as diretrizes internas definidas pelo Conselho Deliberativo;
- II – a organização de seu calendário de reuniões;
- III – a sistemática de formalização de seus atos ou procedimentos; e
- IV – outros conteúdos de interesse específico.

Artigo 15 – As comissões contarão com instâncias de apoio acadêmico e administrativo para executar e fazer cumprir as políticas institucionais de ensino, pesquisa e cultura e extensão universitária.

Subseção II

Da Composição

Artigo 16 – A Comissão de Pós-Graduação será composta de cinco docentes, eleitos pelo CD dentre os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação a ela vinculados, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Artigo 17 – As Comissões de Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária serão compostas de três membros docentes, eleitos pelo CD, para mandato de três anos, permitida a recondução.

Parágrafo único – A representação docente será renovada anualmente pelo terço.

Artigo 18 – Os Presidentes das Comissões de Pós-Graduação, de Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária e os respectivos suplentes serão eleitos dentre os membros docentes da respectiva Comissão, respeitados os §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Artigo 19 – A representação discente, eleita pelos seus pares corresponde a:

I - vinte por cento do total de docentes com assento nas Comissões de Graduação e de Pós-Graduação; e

II - dez por cento do total de docentes com assento nas Comissões de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária.

§ 1º - O representante discente nas Comissões de Pós-Graduação e de Pesquisa será aluno regularmente matriculado em programa de pós-graduação do MAC.

§ 2º - Os suplentes serão eleitos da mesma forma que os titulares.

Artigo 20 – Os membros das comissões de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária do MAC serão substituídos em suas faltas, impedimentos ou, no caso de vacância, pelo respectivo suplente, nos termos do artigo 103 do Estatuto da USP, regulamentado pelo artigo 221 do Regimento Geral.

Artigo 21 – Os órgãos de administração poderão instituir comissões temporárias ou grupos de trabalho para executar finalidades específicas, a seu critério.

CAPÍTULO IV
DO CORPO DOCENTE
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22 – Integram o quadro docente do MAC os professores nele lotados, que ministrem disciplinas de graduação e/ou de pós-graduação.

§ 1º – Os docentes, administrativamente subordinados ao Diretor, deverão se organizar por área, blocos de disciplinas ou grupos de ensino e pesquisa, conforme estabelecido no planejamento estratégico e museológico e no plano de metas.

§ 2º – Os docentes poderão ser credenciados para ministrar disciplinas de graduação ou de pós-graduação em quaisquer Unidades da USP mediante proposta da respectiva Comissão, aprovada pelo Conselho Deliberativo, sendo vedado ao docente não assumir carga didática de qualquer espécie.

Artigo 23 – Docentes externos, com pesquisa e produção de conhecimento nas áreas fins do MAC ou respectivos campos interdisciplinares, poderão ser admitidos na qualidade de professor visitante, mediante proposta de qualquer das Comissões do artigo 4º, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 24 – A reavaliação quinquenal dos docentes, como preceitua o artigo 104 do Estatuto, será feita de acordo com as normas e procedimentos sugeridos pela Comissão Permanente de Avaliação prevista no artigo 202 do Regimento Geral.

SEÇÃO II

DOS CONCURSOS DA CARREIRA DOCENTE

Artigo 25 – Os concursos para provimento de cargo e acesso à função da carreira serão realizados nos termos do respectivo edital, elaborado de acordo com as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da USP e deste Regimento;

§ 1º - Os concursos serão feitos para o MAC, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.

§ 2º – O programa será aprovado pelo Conselho Deliberativo, mediante proposta da CTA.

Subseção I

Do concurso para Professor Doutor

Artigo 26 – O concurso para Professor Doutor consistirá de três provas, com os seguintes pesos:

- I – julgamento do memorial com prova pública de arguição – peso 4 (quatro);
- II – prova didática, de acordo com o artigo 137 do Regimento Geral – peso 3 (três);
- III – prova escrita, de acordo com o artigo 139 do Regimento Geral – peso 3 (três).

Artigo 27 – As inscrições para o concurso de Professor Doutor serão abertas de acordo com o prazo previsto no artigo 132 do Regimento Geral.

Subseção II

Do concurso para Professor Titular

Artigo 28 – O concurso para Professor Titular consistirá de três provas, com os seguintes pesos:

- I – julgamento de títulos, de acordo com o artigo 154 do Regimento Geral – peso 5 (cinco);
- II – prova pública oral de erudição, de acordo com o artigo 156 do Regimento Geral – peso 3 (três);
- III – prova pública oral de arguição – peso 2 (dois).

§ 1º – Na prova pública de arguição, os examinadores poderão apresentar questões sobre os trabalhos publicados pelo candidato, sua área de atuação ou questões de ordem geral pertinentes ao programa.

§ 2º – Ainda na prova pública de arguição, havendo concordância entre o examinador e o candidato, poderá ser estabelecido o diálogo entre ambos, observado o prazo global de sessenta minutos.

CAPÍTULO V

DO CONCURSO DE LIVRE-DOCÊNCIA

Artigo 29 – Aplicam-se aos concursos de Livre-Docência as disposições do Regimento Geral.

Parágrafo único – As inscrições para os concursos de Livre-Docência serão abertas no mês de agosto, durante trinta dias.

Artigo 30 – O concurso de Livre-Docência consistirá de quatro provas, com os seguintes pesos:

- I – prova escrita, de acordo com o artigo 168 do Regimento Geral – peso 2 (dois);

II – defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, de acordo com o artigo 170 do Regimento Geral – peso 3 (três);

III – julgamento do memorial com prova pública de arguição, de acordo com o artigo 171 do Regimento Geral – peso 3 (três);

IV – avaliação didática, de acordo com o artigo 137 do Regimento Geral – peso 2 (dois).

CAPÍTULO VI

DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Artigo 31 – No âmbito das respectivas competências, mediante propostas das Comissões de Graduação e de Pós-Graduação, o MAC poderá organizar cursos ou grades curriculares de graduação, cursos de especialização e programas de pós-graduação, observadas as demais normas da Universidade.

Artigo 32 – As atividades de apoio à docência e às comissões estatutárias serão desenvolvidas pela Secretaria Acadêmica do Museu.

Artigo 33 – A Comissão de Pesquisa é responsável pela gestão do Acervo do MAC e fará executar as políticas de pesquisa e curadoria, conforme definido no Artigo 4º.

Parágrafo único - Compõem o Acervo do Museu:

I - coleções de obras de arte;

II - arquivo;

III - Biblioteca Lourival Gomes Machado.

Artigo 34 - A Comissão de Cultura e Extensão Universitária fará executar as políticas de Cultura e Extensão relativas às atividades de:

- I - produção de exposições e eventos
- II - difusão e distribuição de conteúdos
- III - educação; e
- IV - produção de publicações

CAPÍTULO VII

DO CORPO DISCENTE

Artigo 35 – As atividades do corpo discente são reguladas pelo Estatuto e Regimento Geral da USP, por este Regimento e pelos atos editados pelas comissões de Graduação e de Pós-Graduação.

Artigo 36 – Integram o corpo discente do MAC os alunos de graduação, de pós-graduação e outros de longa duração, como especialização e aperfeiçoamento, formalmente inscritos em seus cursos e programas, bem como alunos dos mesmos níveis, de outras Unidades de Ensino e Pesquisa, que estejam desenvolvendo projetos no Museu.

Parágrafo único - O MAC estimulará atividades extracurriculares por meio de monitorias, estágios, designação de professores tutores, com o propósito de aperfeiçoar a formação acadêmica, científica e cultural dos estudantes.

Artigo 37 – As funções de monitor poderão ser exercidas por alunos matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* do MAC, selecionados mediante análise de rendimento escolar, provas específicas para avaliar o suficiente conhecimento da matéria, e verificação da capacidade de auxiliar os membros docentes.

§ 1º – Aos alunos monitores caberá auxiliar os membros docentes em atividades técnico-didáticas, sendo vedado atribuir-lhes atividades docentes.

§ 2º – A monitoria será exercida pelo prazo de um ano, renovável por mais um ano.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 38 - O MAC poderá acolher professores visitantes ou professores colaboradores na forma estabelecida pelo Regimento Geral da USP e por este Regimento.

Parágrafo único - Os professores visitantes ou colaboradores serão acolhidos mediante proposta de membros do quadro docente aprovada pelo Conselho Deliberativo, ouvida a CTA.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 1º – No prazo de 60 (sessenta) dias da aprovação deste Regimento pelo Conselho Universitário, o Diretor providenciará sua adoção plena.

Parágrafo único - O Diretor deve reinstalar o Conselho Deliberativo e os demais colegiados, observada a composição prevista neste Regimento.



PG. P. 2570/11 - RUSP
RL/

AUTOS USP nº: 64.1.9221.1.3

INTERESSADO: Museu de Arte Contemporânea

ASSUNTO: Proposta de reforma do Regimento Interno. Resoluções nº 5900/10 e 5901/10. Parecer PG. P. nº 1913/10. Análise jurídico-formal. Continuação. Composição do Conselho Deliberativo: análise da possibilidade de admissão de pessoas externas à USP na composição do colegiado. CLR.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de reforma do Regimento do Museu de Arte Contemporânea – MAC (fls. 337/353), em decorrência das Resoluções nº 5900/10 e 5901/10, que alteraram, respectivamente, o Estatuto e o Regimento Geral, a fim de adequá-los a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – Estatuto dos Museus.

Com base na análise da Procuradoria Geral, Parecer PG. P. 1913/10 (fls. 355/370), o MAC reapreciou a proposta e acolheu várias das sugestões formuladas, bem como justificou a permanência de alguns dispositivos.

A nova versão da proposta foi aprovada em reunião do Conselho Deliberativo realizada em 11 de agosto de 2011 (fls. 407).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

430

Vêm os autos a esta Procuradoria para continuação da análise jurídico-formal.

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.

Sob o aspecto formal de redação, recomenda-se apenas que o texto do parágrafo único do artigo 11 da proposta inicie-se com maiúscula, conforme já analisado no Parecer PG P. 1913/11, especificamente no quadro sinótico (fls. 355/370).

Observamos que a Subseção II da Seção IV do Capítulo III – artigos 16 a 21 da nova proposta – não seguiu integralmente as sugestões formuladas pela Procuradoria Geral. No entanto, a nova proposta de redação está plenamente adequada à realidade do Museu, de sorte que não merece reparos.

No tocante à possibilidade de o Conselho Deliberativo delegar parte de suas atribuições ao CTA (inciso XXX do artigo 7º da nova proposta), cabe esclarecer que a faculdade prevista no inciso XXVI do artigo 39 do Regimento Geral, se for exercida, implica que a atribuição “delegada” conste expressamente do Regimento do Museu. A redação do Regimento Geral não deve ser reproduzida no Regimento do Museu. Ademais, conforme a natureza da matéria, a transferência de competência da Congregação ao CTA sequer poderá ser admitida. Assim, a supressão deve ser mantida.

Na nova proposta, o Museu insiste na permanência da possibilidade de que pessoas não vinculadas à USP ocupem assento no Conselho Deliberativo – incisos VII e VIII do artigo 6º –, à semelhança do IEA e IEE.

Ressaltamos que os Conselhos Deliberativos que admitem membros externos à comunidade USP na sua composição mantêm a possibilidade, em regra, por razões históricas de formação e incorporação do órgão à Universidade.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

11

De qualquer modo, a matéria merece especial atenção, em vista da especificidade das atribuições do Museu de Arte Contemporânea – MAC.

Assim, seria conveniente que a douta Comissão de Legislação e Recursos – CLR manifestasse-se sobre a possibilidade de admissão de membros externos à comunidade USP na composição do Conselho Deliberativo do MAC, conforme proposto nos incisos VII e VIII do artigo 6º da nova proposta.

Do exposto, recomendamos que a pretensão do MAC em relação à composição do Conselho Deliberativo seja submetida à apreciação da douta Comissão de Legislação e Recursos.

É o parecer.

À consideração superior.

Se aprovado, encaminhem-se os autos à CLR.

Procuradoria Geral, 19 de setembro de 2011.

Regis Lattouf
REGIS LATTOUF
Procurador
Procuradoria Acadêmica

De acordo.
PG, 19/09/11.
Jocélia de Almeida Castilho
Jocélia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

Acolho o Parecer.
À SG para inclusão
na pauta da d. CLR.
PG, 19. set. 11

Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Menaco
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Menaco
Procurador Geral

PARECER PARA CLR**INTERESSADO: MÚSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA****PROPOSTA DE NOVO REGIMENTO**

A proposta de novo regimento para o MAC foi elaborada em função das Resoluções n°s 5900 e 5901, ambas de 23 de dezembro de 2010, que modificou a sua estrutura administrativa.

O novo regimento apresentado foi examinado duas vezes pela Procuradoria Geral da USP, sendo que a proposta revisada foi considerada pela PG plenamente adequada à realidade do museu. Entretanto o parecer do procurador Regis Lattouf chama a atenção para o fato da constituição do Conselho Deliberativo do MAC incluir pessoas não vinculadas à USP a semelhança do que ocorre no IEA e IEE e recomenda que essa possibilidade seja apreciada pela CLR.

Neste sentido verifica-se que a composição do Conselho Deliberativo do IEA inclui no seu Artigo 5º, no inciso VI, dentro de um número total de 9 componentes, um membro vinculado ou não à USP escolhido pelo Conselho Deliberativo e no Inciso VIII, um representante da sociedade civil, sem vínculo de docência com a USP designado pelo Reitor. Já a composição do Conselho Deliberativo do IEE, que inclui 13 membros mais os Professores Titulares, os Professores Associados em número equivalente a 50% dos titulares e os Professores Doutores em número equivalente a 30% dos titulares, conta com 4 membros que podem ser estranhos à USP, a saber um representante do INMETRO, um representante da Secretaria de Estado de São Paulo responsável pela energia ou ao meio ambiente, um representante de Instituições de Pesquisa, Desenvolvimento e Indústria e um especialista da área de energia ou meio ambiente, a critério do Conselho Deliberativo. Portanto é possível que conselhos deliberativos de órgãos da universidade possuam membros não pertencentes à USP.

O regimento proposto do MAC inclui na composição de seu Conselho Deliberativo, dentro de um total de 14 membros, um artista vinculado ou não à USP, escolhido pelo Conselho Deliberativo e um profissional da área de teoria e crítica da arte, vinculado ou não à USP, escolhido pelo Conselho Deliberativo.

Passo ao parecer:

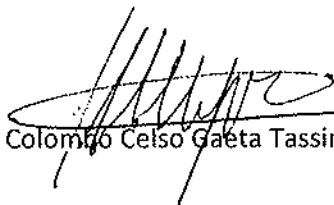
Considerando as especificidades do MAC considero importante e justificável que seu Conselho Deliberativo contenha alguns membros de fora da universidade e a proporção de dois destes membros dentro de um conselho com 14 componentes, também considero bastante adequada. Com o intuito de manter uma relação mais formal destes membros com a universidade sugiro que a indicação dos nomes destes componentes que podem não pertencer ao quadro da universidade seja feita pelo Reitor a partir de uma lista tríplice elaborada pelo

Gabinete do Diretor

Conselho Deliberativo do MAC. Portanto, com esta ressalva, recomendo à CLR a aprovação da proposta de Regimento apresentada.

Em adição, foi também solicitado a alteração do prazo previsto no Artigo 1º, do Capítulo IX – Disposições transitórias – de 90 para 120 dias para tomar as providências necessárias à implantação do novo Regimento, em virtude do acúmulo de atividades relacionadas ao final do semestre. Quanto a este item também recomendo à CLR a aprovação desta solicitação.

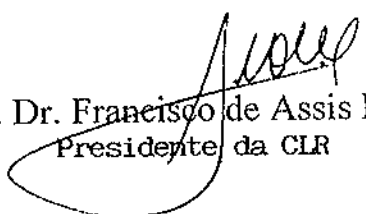
São Paulo, 3 de novembro de 2011.



Prof. Dr. Colômio Celso Gaeta Tassinari

A CLR, em sessão realizada em 4 de novembro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta do novo Regimento do Museu de Arte Contemporânea, bem como a recomendação de que a indicação dos membros externos para a composição do Conselho Deliberativo seja feita pelo Reitor, através de uma lista triplice.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.



Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º 417
Proc. N.º _____
Rub. _____

Processo: 64.1.9221.1.3


Interessado: MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

Encaminhem-se os autos ao MAC, a pedido.

São Paulo, 4 de janeiro de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral

Encaminhar-se o referido processo, a Diretoria Administrativa.


Maria dos Remédios S. N. Santana
Seção de Protocolo - Expediente - Arquivo
Nº Func. 2500422

05/01/2012



MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA
da Universidade de São Paulo

13

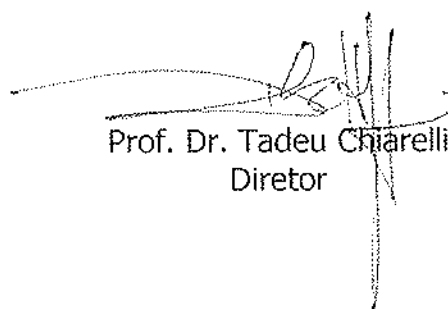
São Paulo, 04 de junho de 2012.

Of. ATAac-019/2012

Magnífico Reitor

Encaminhamos a Vossa Magnificência alterações efetuadas na proposta do novo regimento interno do Museu de Arte Contemporânea, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 31.05.2012, para contemplar questões relativas à eleição do Diretor do Museu e acatar recomendações efetuadas pela Comissão de Legislação e Recursos.

Cordialmente,


Prof. Dr. Tadeu Chiarelli
Diretor

Senhor
Professor Doutor **João Grandino Rodas**
Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo
REITORIA

15134 18/06/2012 01:52:41 (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)



Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo

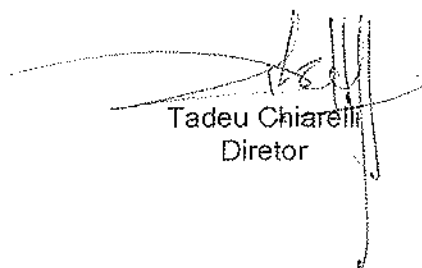
De: Diretoria
Para: Secretaria Acadêmica
Data: 01 de junho de 2012

Ref.: decisões do Conselho Deliberativo do MAC USP de 31 de maio de 2012.

Senhora Secretária

O Conselho Deliberativo do MAC USP, em reunião de 31 de maio de 2012, APROVOU alterações efetuadas na proposta do novo regimento interno do Museu de Arte Contemporânea, para contemplar questões relativas à eleição do Diretor do Museu e acatar recomendações efetuadas pela Comissão de Legislação e Recursos.

Cordialmente,



Tadeu Chiarelli
Diretor

**ANTEPROJETO DE REGIMENTO DO MUSEU DE ARTE
CONTEMPORÂNEA**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO DO REGIMENTO

Artigo 1º – O Regimento do Museu de Arte Contemporânea tem por objetivos:

- I – definir a missão, objetivos institucionais e estratégias de gestão acadêmica;
- II – promover sua inserção acadêmica, consideradas as relações com os demais componentes da Universidade; e
- III – disciplinar a sua estrutura orgânica, fixando as diretrizes gerais de seu funcionamento.

CAPÍTULO II

DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Artigo 2º – O MAC tem por missão:

- I - promover o estudo e a difusão do acervo, assim como a sua conservação, proteção, valorização e ampliação, bem como seu conhecimento como patrimônio artístico brasileiro no Brasil e no Exterior;
- II - desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Museologia da Arte, História, Teoria e Crítica de Arte e Educação e Arte em Museus;
- III - incentivar o intercâmbio científico e cultural com instituições afins no Brasil e no Exterior; e
- IV – fomentar a produção artística contemporânea.

Artigo 3º – São objetivos institucionais do MAC:

- I – executar procedimentos curatoriais;
- II – desenvolver pesquisas interdisciplinares;

- III – ministrar o ensino de graduação e de pós-graduação;
- IV – editar publicações técnicas e científicas;
- V – manter intercâmbio científico e cultural com instituições afins do Brasil e do exterior; e
- VI – propiciar condições para o desenvolvimento de projetos artísticos.

Artigo 4º – No MAC, a curadoria compreende o ciclo completo de procedimentos técnicos e científicos necessários à interpretação, conservação e promoção dos acervos institucionais, distribuídos na seguinte cadeia operacional:

- I – formação e ampliação de coleções, consideradas as características de cada domínio do conhecimento e sua problemática;
- II – estudo, documentação e circulação dos conhecimentos produzidos para fins científicos e de formação profissional;
- III – preservação das coleções, incluindo soluções de catalogação, digitalização e gerenciamento de informação, armazenamento, conservação preventiva e restauração;
- IV – comunicação do conhecimento por meio de exposições, publicações, cursos e ações educativas; e
- V – elaboração de políticas para a recepção e realização de projetos artísticos.

§ 1º – O processo curatorial integra as responsabilidades universitárias de pesquisa, ensino e extensão universitária, envolvendo estudos de Museologia da Arte, História, Teoria e Crítica de Arte e Educação e Arte em Museus.

§ 2º - Todas as atividades de extroversão do Museu deverão estar fundamentadas no respeito à diversidade cultural, de gênero e na participação comunitária.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º – São órgãos de administração do MAC:

- I – Conselho Deliberativo
- II – Diretoria
- III - Comissão Técnico-Administrativa
- IV - Comissão de Graduação
- V - Comissão de Pós-Graduação
- VI - Comissão de Pesquisa
- VII - Comissão de Cultura e Extensão Universitária

SEÇÃO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 6º – O Conselho Deliberativo, órgão superior deliberativo e recursal, tem a seguinte composição:

- I - o Diretor, seu Presidente;
- II - o Vice-Diretor;
- III - os Presidentes das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária;
- IV - um representante de cada categoria da carreira docente eleito pelos seus pares, com mandato de dois anos, permitida a recondução;
- V - dois representantes dos servidores técnicos e administrativos eleitos pelos seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução;
- VI - um representante discente, aluno de Graduação ou Pós-Graduação do MAC ou de outras Unidades de Pesquisa e Ensino, que esteja desenvolvendo projeto no Museu, eleito pelos seus pares, para mandato de um ano;

Texto Atual:

VII - Um artista, vinculado ou não à USP, escolhido pelo Conselho Deliberativo, com mandato de dois anos, permitidas reconduções; e ¹

VIII - Um profissional da área de teoria e crítica de arte, vinculado ou não à USP, escolhido pelo Conselho Deliberativo, com mandato de dois anos, permitidas reconduções. ¹

Texto Proposto:

VII - Um artista, vinculado ou não à USP, escolhido pelo Reitor, através de lista triplíce elaborada pelo Conselho Deliberativo, com mandato de dois anos, permitidas reconduções; e

VIII - Um profissional da área de teoria e crítica de arte, vinculado ou não à USP, escolhido pelo Reitor, através de lista triplíce elaborada pelo Conselho Deliberativo, com mandato de dois anos, permitidas reconduções. ¹

§ 1º - Os presidentes das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária serão substituídos pelos respectivos suplentes nas suas faltas e impedimentos.

§ 2º - Os representantes referidos nos incisos IV, V, VI, terão seus respectivos suplentes escolhidos da mesma forma e na mesma época.

§ 3º - Aplicam-se à eleição da representação discente os dispositivos do artigo 223 do Regimento Geral e, no que couberem os demais artigos que regulamentam as eleições do corpo discente.

Artigo 7º – Além do disposto no art 46B, do Regimento Geral, é da competência do Conselho Deliberativo:

- I - aprovar as políticas institucionais propostas pelos demais órgãos de administração do Museu;
- II - aprovar o plano de metas institucional;
- III - aprovar os procedimentos administrativos, financeiros e funcionais;

¹ Acatando a indicação da CLR.

IV - propor aos Conselhos de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária as respectivas matérias de suas competências;

V - aprovar o Regulamento das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária, de acordo com o estabelecido nos regimentos dos Conselhos Centrais;

VI - deliberar sobre a criação ou reformulação de programas de pós-graduação, mediante proposta da CPG, nos termos do Regimento da Pós-Graduação;

VII - aprovar as modificações na estrutura administrativa do MAC, mediante proposta do Diretor, ouvida a CTA;

VIII - propor ao Conselho Universitário a criação de cargos docentes;

IX - aprovar as propostas de abertura, inscrição de candidatos, composição de comissões julgadoras e seus relatórios em concursos de livre-docência e da carreira docente;

X - decidir sobre o empate de indicações em concursos da carreira docente a partir da apreciação do relatório das comissões julgadoras, fazendo prevalecer, sucessivamente, a média geral obtida, o maior título universitário e o maior tempo de serviço docente na USP;

XI - aprovar, por dois terços dos votos da totalidade de seus membros, a suspensão de concursos;

XII - deliberar sobre a renovação contratual de docentes;

XIII - deliberar sobre a aplicação da pena de demissão de membros do corpo docente, assegurado a estes o amplo direito de defesa, encaminhando o processo ao Reitor para execução;

XIV - deliberar sobre a contratação de servidores técnicos e administrativos;

XV - deliberar sobre a aplicação da pena de desligamento de membros do corpo docente, assegurado a estes o amplo direito de defesa;

XVI - deliberar, em grau de recurso, sobre a impugnação de atos do Diretor;

XVII - deliberar, em grau de recurso, sobre as decisões das Comissões Técnico-Administrativa, de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária;

XVIII - deliberar sobre pareceres circunstanciados emitidos pela Comissão de Graduação acerca dos processos de revalidação de diplomas de Graduação expedidos por estabelecimentos nacionais e estrangeiros de ensino superior;

XIX - aprovar, por proposta de membros do quadro docente, a admissão de professor visitante, nos termos estatutários e regimentais;

XX - aprovar, por proposta de membros do quadro docente, a contratação de professor colaborador, nos termos estatutários e regimentais;

XXI - deliberar sobre a equivalência de títulos de mestre e doutor obtidos em instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras, e de título de livre-docente obtido em outras instituições;

XXII - deliberar sobre doações, aquisições, subvenções e legados, observado o ordenamento superior;

XXIII - aprovar o relatório anual elaborado pelo Diretor;

XXIV - elaborar, na forma regimental, a lista tríplice para a escolha do Diretor e do Vice-Diretor;

XXV - autorizar o pedido de comissionamento de pesquisadores de outros órgãos públicos no MAC;

XXVI - propor ao CoG a estrutura curricular, dos cursos sob sua responsabilidade, bem como suas modificações;

XXVII - propor ao CoG os programas das disciplinas ministradas pela Unidade;

XXVIII - propor ao CoG a criação ou extinção de cursos de graduação;

XXIX - deliberar sobre casos omissos neste regimento, encaminhando-os aos órgãos competentes; e

Suprimir

XXX - delegar parte de suas atribuições à CTA.²

Parágrafo único - As competências enumeradas neste artigo não excluem outras que decorram do Estatuto e do Regimento Geral da USP;

Artigo 8º - O Conselho Deliberativo se reúne ordinariamente, no mínimo, duas vezes por semestre e extraordinariamente mediante convocação do Diretor, que é seu Presidente.

§ 1º - As convocações para as sessões dos Colegiados serão feitas por escrito ou por via eletrônica, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, acompanhadas da ata da sessão anterior e da pauta dos trabalhos devidamente informada. Serão instaladas e terão prosseguimento com a presença de mais da metade de seus membros.

§ 2º - Não havendo o quorum mencionado em primeira convocação, poderá ser feita a segunda com intervalo mínimo de meia hora.

§ 3º - Persistindo a falta de número, terá lugar uma terceira convocação, admissível com meia hora de intervalo após a segunda, podendo o Colegiado, então, deliberar com qualquer número, ressalvados os casos de quorum especial.

SEÇÃO II

DO DIRETOR E DO VICE-DIRETOR

Texto Atual:

Artigo 9º - O Diretor e o Vice-Diretor do MAC serão escolhidos pelo Reitor, nos termos do Artigo 46 do Estatuto da USP, dentre os nomes componentes de lista tríplice elaborada pelo Conselho Deliberativo especialmente reunido para esta finalidade.

Texto Proposto:

Artigo 9º - O Diretor e o Vice-Diretor serão escolhidos pelo Reitor, de lista tríplice de Professores Titulares ou Professores Associados 3, elaborada pelos membros do Conselho Deliberativo, especialmente reunido para essa finalidade, cabendo a cada eleitor apenas um voto.

² Atendendo à solicitação da CLR.

§ 1º - Se o MAC não dispuser de Professores Titulares e de Professores Associados 3, em número suficiente para compor a lista triplíce para eleição de Diretor, poderá completá-la com a inclusão de Professores Associados 2 e, se necessário, de Professores Associados 1.

§ 2º - Se o MAC não dispuser de Professores Titulares e de Professores Associados em número suficiente para compor a lista triplíce para eleição de Diretor, poderá completá-la com a inclusão de Professores Titulares e Associados das seguintes Unidades afins da Universidade de São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) Escola de Comunicações e Artes (ECA), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Faculdade de Educação (FE), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Museu Paulista e Museu de Arqueologia e Etnologia.

§ 3º - Na hipótese do § 2º, os docentes do MAC elegíveis para o cargo de Diretor do Museu e os docentes externos concorrerão em condições de igualdade, sendo admitida a lista triplíce composta integralmente de professores externos.

§ 4º - Os mandatos do Diretor e do Vice-Diretor serão de quatro anos, vedada a recondução.

§ 5º - O Diretor e o Vice-Diretor não poderão acumular suas funções com as de Chefe de Departamento ou de Chefe de Divisão.

§ 6º - O Diretor será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Diretor, que o sucederá, em caso de vacância, até novo provimento.

§ 7º - Na vacância das funções de Diretor e Vice-Diretor, como na falta ou impedimento de ambos, a Diretoria será exercida pelo docente da categoria mais alta existente no MAC, com maior tempo de serviço docente na Universidade.

§ 8º - Na hipótese do § 7º, o processo de elaboração da respectiva lista triplíce deverá ser concluído no prazo máximo de trinta dias.

§ 9º - O Diretor e o Vice-Diretor servirão em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa.

Artigo 10 - Compete ao Diretor:

I - planejar e coordenar a elaboração e a execução do plano anual de atividades do MAC;

II - cumprir o plano de metas;

III - convocar, preparar a pauta e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo e da Comissão Técnico – Administrativa;

IV - submeter à apreciação do Conselho Deliberativo a programação e o relatório anual;

V - dar cumprimento às determinações do Conselho Deliberativo;

VII - em casos de urgência, adotar as medidas que se fizerem necessárias, *ad referendum* do Conselho Deliberativo; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo ordenamento superior.

§ 1º – O Diretor poderá delegar atribuições ao Vice-Diretor que, neste caso, contará com os meios e os auxiliares indispensáveis para o desempenho das atividades delegadas.

§ 2º – Por delegação de competência do Diretor, membros docentes do CD poderão assumir responsabilidades por atividades especiais junto a órgãos e instituições externas.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO TÉCNICO – ADMINISTRATIVA

Artigo 11 – A CTA tem a seguinte composição:

- I - O Diretor do Museu;
- II - O Vice – Diretor do Museu;
- III- O Presidente da Comissão de Graduação;
- IV - O Presidente da Comissão de Pós-Graduação;
- V - O Presidente da Comissão de Pesquisa;
- VI - O Presidente da Comissão de Cultura e Extensão;
- VII - dois representantes dos servidores técnicos e administrativos;
- VIII - um representante discente, aluno de Graduação ou Pós-Graduação do MAC ou de outras Unidades de Pesquisa e Ensino, que esteja desenvolvendo projeto no Museu.

Parágrafo único - os representantes indicados nos incisos VII e VIII serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de dois e de um ano respectivamente.

Artigo 12 – Além do previsto no artigo 46-C do Regimento Geral, compete à CTA:

- I - aprovar o orçamento do Museu;
- II - propor ao Conselho Deliberativo a criação de cargos e funções docentes, mediante proposta de membros do quadro docente;
- III - opinar e/ou deliberar sobre contratações, relotação, afastamentos de servidores técnicos e administrativos;
- IV - opinar sobre modificações na estrutura administrativa do MAC, mediante proposta do Diretor;
- V - deliberar sobre remanejamentos espaciais nas instalações prediais do Museu;
- VI - opinar sobre as normas de funcionamento e expediente do Museu;
- VII - aprovar o inventário e o registro de bens culturais e científicos do acervo, bem como o programa de segurança e a política de ingresso no Museu;
- VIII - aprovar os relatórios de afastamentos do corpo de servidores técnicos e administrativos do MAC;
- IX – opinar sobre as matérias que lhe forem encaminhadas pelo Diretor, pelo CD ou pelas Comissões definidas no artigo 12 deste Regimento.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES DE GRADUAÇÃO, DE PÓS-GRADUAÇÃO, DE PESQUISA E DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Subseção I

Disposições Gerais

Artigo 13 - As comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária deverão elaborar e fazer executar as políticas

institucionais de ensino, pesquisa e extensão universitária, traçando as diretrizes para orientar e avaliar as ações do MAC nos respectivos âmbitos de competência, considerando a missão e os objetivos institucionais.

§ 1º - Cabe à Comissão de Graduação a gestão da grade curricular de graduação e atividades correlatas de cunho didático-científico neste nível, considerada a orientação geral do Conselho de Graduação;

§ 2º - Cabe à Comissão de Pós-Graduação a gestão dos programas de pós-graduação e atividades correlatas de cunho didático-científico neste nível, considerada a orientação geral do Conselho de Pós-Graduação;

§ 3º - Cabe à Comissão de Pesquisa a elaboração da política de acervo e a gestão da investigação técnica e científica, inclusive a promoção de atividades de pós-doutorado, considerada a orientação geral do Conselho de Pesquisa;

§ 4º - Cabe à Comissão de Cultura e Extensão Universitária a gestão das ações que visem promover o patrimônio cultural, estendendo à sociedade as atividades indissociáveis ao ensino e a pesquisa, considerada a orientação geral do Conselho de Cultura e Extensão Universitária.

§ 5º - Compete às comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária deliberar sobre matérias de sua competência que lhes sejam submetidas pelo Conselho Deliberativo, pelo Diretor, pelas respectivas Pró-Reitorias e Conselhos Centrais.

Artigo 14 – Cada comissão definirá no respectivo regulamento interno:

- I – o elenco de suas atribuições específicas, considerados o ordenamento geral estabelecido pelos respectivos Conselhos Centrais e as diretrizes internas definidas pelo Conselho Deliberativo;
- II – a organização de seu calendário de reuniões;
- III – a sistemática de formalização de seus atos ou procedimentos; e
- IV – outros conteúdos de interesse específico.

Artigo 15 – As comissões contarão com instâncias de apoio acadêmico e administrativo para executar e fazer cumprir as políticas institucionais de ensino, pesquisa e cultura e extensão universitária.

Subseção II

Da Composição

Artigo 16 – A Comissão de Pós-Graduação será composta de cinco docentes, eleitos pelo CD dentre os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação a ela vinculados, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Artigo 17 – As Comissões de Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária serão compostas de três membros docentes, eleitos pelo CD, para mandato de três anos, permitida a recondução.

Parágrafo único – A representação docente será renovada anualmente pelo terço.

Artigo 18 – Os Presidentes das Comissões de Pós-Graduação, de Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária e os respectivos suplentes serão eleitos dentre os membros docentes da respectiva Comissão, respeitados os §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Artigo 19 – A representação discente, eleita pelos seus pares corresponde a:

I - vinte por cento do total de docentes com assento nas Comissões de Graduação e de Pós-Graduação; e

II - dez por cento do total de docentes com assento nas Comissões de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária.

§ 1º - O representante discente nas Comissões de Pós-Graduação e de Pesquisa será aluno regularmente matriculado em programa de pós-graduação do MAC.

§ 2º - Os suplentes serão eleitos da mesma forma que os titulares.

Artigo 20 – Os membros das comissões de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária do MAC serão substituídos em suas faltas, impedimentos ou, no caso de vacância, pelo respectivo suplente, nos termos do artigo 103 do Estatuto da USP, regulamentado pelo artigo 221 do Regimento Geral.

Artigo 21 – Os órgãos de administração poderão instituir comissões temporárias ou grupos de trabalho para executar finalidades específicas, a seu critério.

CAPÍTULO IV
DO CORPO DOCENTE
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22 – Integram o quadro docente do MAC os professores nele lotados, que ministrem disciplinas de graduação e/ou de pós-graduação.

§ 1º – Os docentes, administrativamente subordinados ao Diretor, deverão se organizar por área, blocos de disciplinas ou grupos de ensino e pesquisa, conforme estabelecido no planejamento estratégico e museológico e no plano de metas.

§ 2º – Os docentes poderão ser credenciados para ministrar disciplinas de graduação ou de pós-graduação em quaisquer Unidades da USP mediante proposta da respectiva Comissão, aprovada pelo Conselho Deliberativo, sendo vedado ao docente não assumir carga didática de qualquer espécie.

Artigo 23 – Docentes externos, com pesquisa e produção de conhecimento nas áreas fins do MAC ou respectivos campos interdisciplinares, poderão ser admitidos na qualidade de professor visitante, mediante proposta de qualquer das Comissões do artigo 4º, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 24 – A reavaliação quinquenal dos docentes, como preceitua o artigo 104 do Estatuto, será feita de acordo com as normas e procedimentos sugeridos pela Comissão Permanente de Avaliação prevista no artigo 202 do Regimento Geral.

SEÇÃO II

DOS CONCURSOS DA CARREIRA DOCENTE

Artigo 25 – Os concursos para provimento de cargo e acesso à função da carreira serão realizados nos termos do respectivo edital, elaborado de acordo com as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da USP e deste Regimento;

§ 1º – Os concursos serão feitos para o MAC, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.

§ 2º – O programa será aprovado pelo Conselho Deliberativo, mediante proposta da CTA.

Subseção I

Do concurso para Professor Doutor

Artigo 26 – O concurso para Professor Doutor consistirá de três provas, com os seguintes pesos:

- I – julgamento do memorial com prova pública de arguição – peso 4 (quatro);
- II – prova didática, de acordo com o artigo 137 do Regimento Geral – peso 3 (três);
- III – prova escrita, de acordo com o artigo 139 do Regimento Geral – peso 3 (três).

Artigo 27 – As inscrições para o concurso de Professor Doutor serão abertas de acordo com o prazo previsto no artigo 132 do Regimento Geral.

Subseção II

Do concurso para Professor Titular

Artigo 28 – O concurso para Professor Titular consistirá de três provas, com os seguintes pesos:

- I – julgamento de títulos, de acordo com o artigo 154 do Regimento Geral – peso 5 (cinco);
- II – prova pública oral de erudição, de acordo com o artigo 156 do Regimento Geral – peso 3 (três);
- III – prova pública oral de arguição – peso 2 (dois).

§ 1º – Na prova pública de arguição, os examinadores poderão apresentar questões sobre os trabalhos publicados pelo candidato, sua área de atuação ou questões de ordem geral pertinentes ao programa.

§ 2º – Ainda na prova pública de arguição, havendo concordância entre o examinador e o candidato, poderá ser estabelecido o diálogo entre ambos, observado o prazo global de sessenta minutos.

CAPÍTULO V

DO CONCURSO DE LIVRE-DOCÊNCIA

Artigo 29 – Aplicam-se aos concursos de Livre-Docência as disposições do Regimento Geral.

Parágrafo único – As inscrições para os concursos de Livre-Docência serão abertas no mês de agosto, durante trinta dias.

Artigo 30 – O concurso de Livre-Docência consistirá de quatro provas, com os seguintes pesos:

- I – prova escrita, de acordo com o artigo 168 do Regimento Geral – peso 2 (dois);

II – defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, de acordo com o artigo 170 do Regimento Geral – peso 3 (três);

III – julgamento do memorial com prova pública de arguição, de acordo com o artigo 171 do Regimento Geral – peso 3 (três);

IV – avaliação didática, de acordo com o artigo 137 do Regimento Geral – peso 2 (dois).

CAPÍTULO VI

DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Artigo 31 – No âmbito das respectivas competências, mediante propostas das Comissões de Graduação e de Pós-Graduação, o MAC poderá organizar cursos ou grades curriculares de graduação, cursos de especialização e programas de pós-graduação, observadas as demais normas da Universidade.

Artigo 32 – As atividades de apoio à docência e às comissões estatutárias serão desenvolvidas pela Secretaria Acadêmica do Museu.

Artigo 33 – A Comissão de Pesquisa é responsável pela gestão do Acervo do MAC e fará executar as políticas de pesquisa e curadoria, conforme definido no Artigo 4º.

Parágrafo único - Compõem o Acervo do Museu:

- I - coleções de obras de arte;
- II - arquivo;
- III - Biblioteca Lourival Gomes Machado.

Artigo 34 - A Comissão de Cultura e Extensão Universitária fará executar as políticas de Cultura e Extensão relativas às atividades de:

- I - produção de exposições e eventos

II - difusão e distribuição de conteúdos

III - educação; e

IV - produção de publicações

CAPÍTULO VII

DO CORPO DISCENTE

Artigo 35 – As atividades do corpo discente são reguladas pelo Estatuto e Regimento Geral da USP, por este Regimento e pelos atos editados pelas comissões de Graduação e de Pós-Graduação.

Artigo 36 – Integram o corpo discente do MAC os alunos de graduação, de pós-graduação e outros de longa duração, como especialização e aperfeiçoamento, formalmente inscritos em seus cursos e programas, bem como alunos dos mesmos níveis, de outras Unidades de Ensino e Pesquisa, que estejam desenvolvendo projetos no Museu.

Parágrafo único - O MAC estimulará atividades extracurriculares por meio de monitorias, estágios, designação de professores tutores, com o propósito de aperfeiçoar a formação acadêmica, científica e cultural dos estudantes.

Artigo 37 – As funções de monitor poderão ser exercidas por alunos matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* do MAC, selecionados mediante análise de rendimento escolar, provas específicas para avaliar o suficiente conhecimento da matéria, e verificação da capacidade de auxiliar os membros docentes.

§ 1º – Aos alunos monitores caberá auxiliar os membros docentes em atividades técnico-didáticas, sendo vedado atribuir-lhes atividades docentes.

§ 2º – A monitoria será exercida pelo prazo de um ano, renovável por mais um ano.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 38 - O MAC poderá acolher professores visitantes ou professores colaboradores na forma estabelecida pelo Regimento Geral da USP e por este Regimento.

Parágrafo único - Os professores visitantes ou colaboradores serão acolhidos mediante proposta de membros do quadro docente aprovada pelo Conselho Deliberativo, ouvida a CTA.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Inclusão:

Artigo 1º - No caso de o MAC não dispor de Professores Titulares e Professores Associados em número suficiente, a lista tríplice para Vice-Diretor poderá ser integrada por docentes do Museu portadores do título de Doutor.

Artigo 2º - Na insuficiência de número de docentes para representar a respectiva categoria no CD, de acordo com o previsto no inciso IV do artigo 6º deste Regimento, serão eleitos docentes, independentemente da categoria, para completar a representação.

Artigo 3º - Com a promulgação deste Regimento, continuarão em vigor, até seu término, os mandatos do Diretor e do Vice-Diretor do MAC, vedada a recondução.

Artigo 4º - No prazo de 120 (cento e vinte) dias da aprovação deste Regimento pelo Conselho Universitário, o Diretor providenciará sua adoção plena.

Parágrafo único - O Diretor deve reinstalar o Conselho Deliberativo e os demais colegiados, observada a composição prevista neste Regimento.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

23

PG. P. 1718/12 - RUSP
RL/

AUTOS USP nº: 64.1.9221.1.3

INTERESSADO: Museu de Arte Contemporânea

ASSUNTO: Proposta de reforma do Regimento Interno. Resoluções nº 5900/10 e 5901/10. Pareceres PG. P. nº 1913/10 e nº 2570/11. CLR. Parecer. Análise jurídico-formal. Continuação. Adequação redacional: §2º do artigo 9º da proposta.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de reforma do Regimento do Museu de Arte Contemporânea – MAC (fls. 418/435), revisada com base no Parecer PG. P. nº 2570/11 (fls. 409/411), bem como no parecer de fls. 414/415 da CLR, aprovada pelo Conselho Deliberativo do Museu em 31 de maio de 2012 (fls. 437).

Conforme analisado no Parecer PG. P. nº 1913/11 (fls. 355/370), o motivo da reforma decorreu das Resoluções nº 5900/10 e 5901/10, que alteraram, respectivamente, o Estatuto e o Regimento Geral, a fim de adequá-los a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – Estatuto dos Museus.

A CLR, no parecer de fls. 414/415, manifestou-se favorável à proposta de inclusão de dois membros externos à comunidade USP no Conselho Deliberativo, mas sugeriu que o M. Reitor indicasse os nomes com base em lista triplíce elaborada pelo CD do MAC. Outrossim, a d. Comissão de Legislação e Recursos acolheu a ampliação do prazo previsto no artigo 4º das Disposições Transitórias, de noventa para cento e vinte dias, para



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

que o Museu adotasse as providências necessárias à implementação do novo Regimento.

O MAC revisou a proposta (fls. 418/435), em observância aos pareceres da PG e da CLR, ou seja: alteração dos incisos VII e VIII do artigo 6º, supressão do inciso XXX do artigo 7º e alteração do artigo 4º das Disposições Transitórias. Ademais, propôs: a) alteração do artigo 9º da proposta, a fim de especificar a qualificação mínima dos candidatos a Diretor e Vice, bem como explicitar o procedimento previsto nos §§ do artigo 46 do Regimento Geral quanto à substituição e vacância; e b) inclusão de mais três artigos no Capítulo IX – Disposições Transitórias (1º, 2º e 3º), para disciplinar: i) a composição da lista tripartite para Vice-Diretor na hipótese de o MAC não dispor de Professores Titulares e Associados; ii) a representação das categorias docentes no CD, na hipótese de insuficiência de número de docentes; e iii) continuidade dos mandatos dos atuais Diretor e Vice-Diretor até o seu término.

Vêm os autos a esta Procuradoria para continuação da análise jurídico-formal (fls. 437/vº).

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.

Sob o aspecto jurídico-formal, a proposta de fls. 418/435 não apresenta óbices. Apenas no tocante à redação do § 2º do artigo 9º da proposta, sugerimos a seguinte adequação:

Proposta (fls. 418/435)	Sugestão
Artigo 9º - O Diretor e o Vice-Diretor serão escolhidos pelo Reitor, de lista tripartite de Professores Titulares ou Professores Associados 3, elaborada pelos membros do Conselho Deliberativo, especialmente reunido para essa finalidade, cabendo a cada eleitor apenas um voto.	(...)
§ 1º - Se o MAC não dispuser de Professores Titulares e de	



Professores Associados 3, em número suficiente para compor a lista tríplice para eleição de Diretor, poderá completá-la com a inclusão de Professores Associados 2 e, se necessário, de Professores Associados 1.

§ 2º - Se o MAC não dispuser de Professores Titulares e de Professores Associados em número suficiente para compor a lista tríplice para eleição de Diretor, poderá completá-la com a inclusão de Professores Titulares e Associados das seguintes Unidades afins da Universidade de São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) Escola de Comunicações e Artes (ECA), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Faculdade de Educação (FE), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Museu Paulista e Museu de Arqueologia e Etnologia.

§ 3º - Na hipótese do § 2º, os docentes do MAC elegíveis para o cargo de Diretor do Museu e os docentes externos concorrerão em condições de igualdade, sendo admitida a lista tríplice composta integralmente de professores externos.

§ 4º - Os mandatos do Diretor e do Vice-Diretor serão de quatro anos,

§ 2º - Se o MAC não dispuser de Professores Titulares e de Professores Associados em número suficiente para compor a lista tríplice para eleição de Diretor, poderá completá-la com a inclusão de Professores Titulares e Associados das seguintes Unidades e **Museus** afins da Universidade de São Paulo:

I - Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH);

II - Escola de Comunicações e Artes (ECA);

III - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU);

IV - Faculdade de Educação (FE);

V - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH);

VI - Museu Paulista (MP); e

VII - Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE).

(...)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

vedada a recondução.

§ 5º - O Diretor e o Vice-Diretor não poderão acumular suas funções com as de Chefe de Departamento ou de Chefe de Divisão.

§ 6º - O Diretor será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Diretor, que o sucederá, em caso de vacância, até novo provimento.

§ 7º - Na vacância das funções de Diretor e Vice-Diretor, como na falta ou impedimento de ambos, a Diretoria será exercida pelo docente da categoria mais alta existente no MAC, com maior tempo de serviço docente na Universidade.

§ 8º - Na hipótese do § 7º, o processo de elaboração da respectiva lista triplíce deverá ser concluído no prazo máximo de trinta dias.

§ 9º - O Diretor e o Vice-Diretor servirão em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa.

Do exposto, recomendamos a adequação da redação do § 2º do artigo 9º da proposta, para posterior submissão à d. CLR, nos termos da alínea "a" do inciso I do artigo 12 do Regimento Geral.

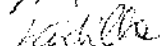
É o parecer.

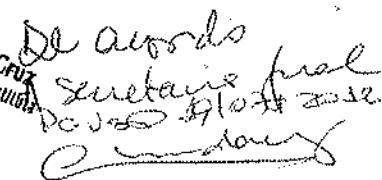
À consideração superior.

Recomendações o encaminhamento dos autos ao GR.

Procuradoria Geral, 22 de junho de 2012.


REGIS LATTOUF
Procurador
Procuradoria Acadêmica

De acordo
Pe, 18/07/12.

Jocélia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

De acordo
Secretaria Geral
21/07/2012

Ana Maria da Cruz
Procuradora Geral Substituta

PROCESSO: 64.1.9221.1.3

INTERESSADO: MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

ASSUNTO: Proposta de novo Regimento do Museu de Arte Contemporânea (MAC)

PARECER

O presente processo contempla o encaminhamento da proposta do novo Regimento Interno do Museu de Arte Contemporânea (MAC), tendo em vista as Resoluções 5900 e 5901, ambas de 23/12/2010, realizada pelo Diretor do MAC e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada em 22/06/2011.

Parecer da PG/USP com relação ao aspecto formal da redação do texto, recomenda a observância da legislação específica que trata da elaboração, alteração e consolidação das leis e atos normativos, bem como a praxe adotada na Universidade, orientando a correção de texto de alguns dispositivos. Apresenta quadro sinótico oferecendo sugestões em relação a proposta, quando pertinentes. Entende que a proposta poderá ser reapreciada pelo Conselho Deliberativo.

O Diretor do MAC encaminha a versão revisada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em 11/08/2011, informando a permanência de algumas propostas, devidamente justificadas.

Parecer da PG/USP observa que a Subseção II da Seção IV do Capítulo III – artigos de 16 a 21 da nova proposta não seguiu integralmente as sugestões formuladas pela PG, mas, a nova proposta de redação está plenamente adequada à realidade do Museu, não merecendo reparos. Estabelece comentários sobre a possibilidade de o Conselho Deliberativo delegar parte de suas atribuições ao CTA e recomenda que a possibilidade de admissão de membros externos à USP na composição de seu Conselho Deliberativo seja submetida à apreciação da CLR.

Parecer da CLR em reunião realizada em 04/11/2011, aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Colombo Tassinari, favorável a proposta do novo Regimento do MAC, bem como a recomendação de que a indicação dos membros externos para a composição do Conselho Deliberativo seja feita pelo Reitor, através de uma lista triplíce.

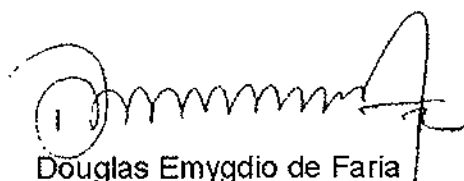
Novamente, o Diretor do MAC, encaminha ao Magnífico Reitor, as alterações efetuadas na proposta do novo Regimento do MAC, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 31/05/2012, para contemplar questões relativas à eleição do Diretor e acatar parecer da CLR.

Em outro Parecer da PG/USP, há observação de que o MAC revisou a proposta, em observância aos pareceres da PG e da CLR. Ademais propôs alteração do artigo 9 a fim de especificar a qualificação mínima dos candidatos

a Diretor e Vice, bem como explicitar o procedimento previsto nos parágrafos do artigo 46 do Regimento Geral quanto à substituição e vacância; inclusão de mais três artigos no Capítulo IX – Disposições Transitórias, para disciplinar: a composição da lista triplíce para Vice-Diretor na hipótese de o MAC não dispor de Professores Titulares e Associados; a representação das categorias docentes no CD, na hipótese de insuficiência de número de docentes e continuidade dos mandatos dos atuais Diretor e Vice-Diretor até o seu término. Esclarece que, sob o aspecto jurídico-formal, a proposta não apresenta óbices. Apenas no tocante a redação do parágrafo 2 do artigo 9 da proposta, sugere a seguinte adequação: Parag. 2 – Se o MAC não dispuser de Professores Titulares e Associados em número suficiente para compor a lista triplíce para eleição do Diretor, poderá completá-la com a inclusão de Professores Titulares e Associados das seguintes Unidades e Museus afins da Universidade de São Paulo: I – Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH); II – Escola de Comunicações e Artes (ECA); III – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU); IV – Faculdade de Educação (FE); V – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH); VI – Museu Paulista (MP); VII – Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). Conclui o parecer recomendando a adequação da redação da proposta para posterior submissão à d. CLR, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 12 do Regimento Geral.

Parecer: PARECER FAVORÁVEL, de acordo com os Pareceres da PG e da CLR.

São Paulo, 15 de agosto de 2012



Douglas Emygdio de Faria

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 64.1.9221.1.3

Interessado: MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

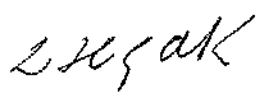
A CLR, em sessão realizada em 15.08.2012, considerando o encaminhamento de novas alterações efetuadas na proposta, aprovou o parecer do relator, favorável ao novo regimento do Museu de Arte Contemporânea, nos termos dos pareceres da Procuradoria Geral e da CLR.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012.

Baixa o Regimento do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento do Museu de Arte Contemporânea, anexo à presente Resolução.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação (Proc. 64.1.9221.1.3).

Artigo 3º - Fica revogada a Resolução nº 4511/97.

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral



Secretaria Geral

REGIMENTO DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO DO REGIMENTO

Artigo 1º – O Regimento do Museu de Arte Contemporânea tem por objetivos:

- I - definir a missão, objetivos institucionais e estratégias de gestão acadêmica;
- II - promover sua inserção acadêmica, consideradas as relações com os demais componentes da Universidade; e
- III - disciplinar a sua estrutura orgânica, fixando as diretrizes gerais de seu funcionamento.

CAPÍTULO II

DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Artigo 2º – O MAC tem por missão:

- I - promover o estudo e a difusão do acervo, assim como a sua conservação, proteção, valorização e ampliação, bem como seu conhecimento como patrimônio artístico brasileiro no Brasil e no Exterior;
- II - desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Museologia da Arte, História, Teoria e Crítica de Arte e Educação e Arte em Museus;
- III - incentivar o intercâmbio científico e cultural com instituições afins no Brasil e no Exterior; e
- IV – fomentar a produção artística contemporânea.



Secretaria Geral

Artigo 3º – São objetivos institucionais do MAC:

- I - executar procedimentos curatoriais;
- II - desenvolver pesquisas interdisciplinares;
- III - ministrar o ensino de graduação e de pós-graduação;
- IV - editar publicações técnicas e científicas;
- V - manter intercâmbio científico e cultural com instituições afins do Brasil e do exterior; e
- VI - propiciar condições para o desenvolvimento de projetos artísticos.

Artigo 4º – No MAC, a curadoria compreende o ciclo completo de procedimentos técnicos e científicos necessários à interpretação, conservação e promoção dos acervos institucionais, distribuídos na seguinte cadeia operacional:

- I - formação e ampliação de coleções, consideradas as características de cada domínio do conhecimento e sua problemática;
- II - estudo, documentação e circulação dos conhecimentos produzidos para fins científicos e de formação profissional;
- III - preservação das coleções, incluindo soluções de catalogação, digitalização e gerenciamento de informação, armazenamento, conservação preventiva e restauração;
- IV - comunicação do conhecimento por meio de exposições, publicações, cursos e ações educativas; e
- V - elaboração de políticas para a recepção e realização de projetos artísticos.

§ 1º - O processo curatorial integra as responsabilidades universitárias de pesquisa, ensino e extensão universitária, envolvendo estudos de Museologia da Arte, História, Teoria e Crítica de Arte, e Educação e Arte em Museus.

§ 2º - Todas as atividades de extroversão do Museu deverão estar fundamentadas no respeito à diversidade cultural, de gênero e na participação comunitária.



Secretaria Geral

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º – São órgãos de administração do MAC:

- I - Conselho Deliberativo;
- II - Diretoria;
- III - Comissão Técnico-Administrativa;
- IV - Comissão de Graduação;
- V - Comissão de Pós-Graduação;
- VI - Comissão de Pesquisa;
- VII - Comissão de Cultura e Extensão Universitária.

SEÇÃO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 6º – O Conselho Deliberativo, órgão superior deliberativo e recursal, tem a seguinte composição:

- I - o Diretor, seu Presidente;
- II - o Vice-Diretor;
- III - os Presidentes das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária;
- IV - um representante de cada categoria da carreira docente eleito pelos seus pares, com mandato de dois anos, permitida a recondução;
- V - dois representantes dos servidores técnicos e administrativos eleitos pelos seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução;
- VI - um representante discente, aluno de Graduação ou Pós-Graduação do MAC ou de outras Unidades de Pesquisa e Ensino, que esteja desenvolvendo projeto no Museu, eleito pelos seus pares, para mandato de um ano;



Secretaria Geral

VII - um artista, vinculado ou não à USP, escolhido pelo Reitor, através de lista tríplice elaborada pelo Conselho Deliberativo, com mandato de dois anos, permitidas reconduções; e

VIII - um profissional da área de Teoria e Crítica de arte, vinculado ou não à USP, escolhido pelo Reitor, através de lista tríplice elaborada pelo Conselho Deliberativo, com mandato de dois anos, permitidas reconduções.

§ 1º - Os presidentes das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária serão substituídos pelos respectivos suplentes nas suas faltas e impedimentos.

§ 2º - Os representantes referidos nos incisos IV, V e VI, terão seus respectivos suplentes escolhidos da mesma forma e na mesma época.

§ 3º - Aplicam-se à eleição da representação discente os dispositivos do artigo 223 do Regimento Geral e, no que couberem, os demais artigos que regulamentam as eleições do corpo discente.

Artigo 7º – Além do disposto no art. 46B do Regimento Geral, é da competência do Conselho Deliberativo:

I - aprovar as políticas institucionais propostas pelos demais órgãos de administração do Museu;

II - aprovar o plano de metas institucional;

III - aprovar os procedimentos administrativos, financeiros e funcionais;

IV - propor aos Conselhos de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária as respectivas matérias de suas competências;

V - aprovar o Regulamento das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária, de acordo com o estabelecido nos regimentos dos Conselhos Centrais;

VI - deliberar sobre a criação ou reformulação de programas de pós-graduação, mediante proposta da CPG, nos termos do Regimento da Pós-Graduação;

VII - aprovar as modificações na estrutura administrativa do MAC, mediante proposta do Diretor, ouvida a CTA;

VIII - propor ao Conselho Universitário a criação de cargos docentes;



Secretaria Geral

IX - aprovar as propostas de abertura, inscrição de candidatos, composição de comissões julgadoras e seus relatórios em concursos de livre-docência e da carreira docente;

X - decidir sobre o empate de indicações em concursos da carreira docente a partir da apreciação do relatório das comissões julgadoras, fazendo prevalecer, sucessivamente, a média geral obtida, o maior título universitário e o maior tempo de serviço docente na USP;

XI - aprovar, por dois terços dos votos da totalidade de seus membros, a suspensão de concursos;

XII - deliberar sobre a renovação contratual de docentes;

XIII - deliberar sobre a aplicação da pena de demissão de membros do corpo docente, assegurado a estes o amplo direito de defesa, encaminhando o processo ao Reitor para execução;

XIV - deliberar sobre a contratação de servidores técnicos e administrativos;

XV - deliberar sobre a aplicação da pena de desligamento de membros do corpo docente, assegurado a estes o amplo direito de defesa;

XVI - deliberar, em grau de recurso, sobre a impugnação de atos do Diretor;

XVII - deliberar, em grau de recurso, sobre as decisões das Comissões Técnico-Administrativa, de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária;

XVIII - deliberar sobre pareceres circunstanciados emitidos pela Comissão de Graduação acerca dos processos de revalidação de diplomas de Graduação expedidos por estabelecimentos nacionais e estrangeiros de ensino superior;

XIX - aprovar, por proposta de membros do quadro docente, a admissão de professor visitante, nos termos estatutários e regimentais;

XX - aprovar, por proposta de membros do quadro docente, a contratação de professor colaborador, nos termos estatutários e regimentais;

XXI - deliberar sobre a equivalência de títulos de mestre e doutor obtidos em instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras, e de título de livre-docente obtido em outras instituições;

XXII - deliberar sobre doações, aquisições, subvenções e legados, observado o ordenamento superior;



Secretaria Geral

XXIII - aprovar o relatório anual elaborado pelo Diretor;

XXIV - elaborar, na forma regimental, a lista tríplice para a escolha do Diretor e do Vice-Diretor;

XXV - autorizar o pedido de comissionamento de pesquisadores de outros órgãos públicos no MAC;

XXVI - propor ao CoG a estrutura curricular, dos cursos sob sua responsabilidade, bem como suas modificações;

XXVII - propor ao CoG os programas das disciplinas ministradas pela Unidade;

XXVIII - propor ao CoG a criação ou extinção de cursos de graduação;

XXIX - deliberar sobre casos omissos neste Regimento, encaminhando-os aos órgãos competentes; e

XXX - suprimido.

Parágrafo único - As competências enumeradas neste artigo não excluem outras que decorram do Estatuto e do Regimento Geral da USP.

Artigo 8º - O Conselho Deliberativo se reúne ordinariamente, no mínimo, duas vezes por semestre e extraordinariamente mediante convocação do Diretor, que é seu Presidente.

§ 1º - As convocações para as sessões dos Colegiados serão feitas por escrito ou por via eletrônica, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, acompanhadas da ata da sessão anterior e da pauta dos trabalhos devidamente informada. Serão instaladas e terão prosseguimento com a presença de mais da metade de seus membros.

§ 2º - Não havendo o *quorum* mencionado em primeira convocação, poderá ser feita a segunda com intervalo mínimo de meia hora.

§ 3º - Persistindo a falta de número, terá lugar uma terceira convocação, admissível com meia hora de intervalo após a segunda, podendo o Colegiado, então, deliberar com qualquer número, ressalvados os casos de *quorum* especial.



Secretaria Geral

SEÇÃO II**DO DIRETOR E DO VICE-DIRETOR**

Artigo 9º - O Diretor e o Vice-Diretor serão escolhidos pelo Reitor, de lista tríplice de Professores Titulares ou Professores Associados 3, elaborada pelos membros do Conselho Deliberativo, especialmente reunido para esta finalidade, cabendo a cada eleitor apenas um voto.

§ 1º - Se o MAC não dispuser de Professores Titulares e de Professores Associados 3, em número suficiente para compor a lista tríplice para eleição de Diretor, poderá completa-la com a inclusão de Professores Associados 2 e, se necessário, de Professores Associados 1.

§ 2º - Se o MAC não dispuser de Professores Titulares e de Professores Associados em número suficiente para compor a lista tríplice para eleição de Diretor, poderá completa-la com a inclusão de Professores Titulares e Associados das seguintes Unidades e Museus afins da Universidade de São Paulo:

- I - Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH);
- II - Escola de Comunicações e Artes (ECA);
- III - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU);
- IV - Faculdade de Educação (FE);
- V - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH);
- VI - Museu Paulista (MP); e
- VII - Museu e Arqueologia e Etnologia (MAE).

§ 3º - Na hipótese do § 2º, os docentes do MAC elegíveis para o cargo de Diretor do Museu e os docentes externos concorrerão em condições de igualdade, sendo admitida a lista tríplice composta integralmente de professores externos.

§ 4º - Os mandatos do Diretor e do Vice-Diretor serão de quatro anos, vedada a recondução.

§ 5º - O Diretor e o Vice-Diretor não poderão acumular suas funções com as de Chefe de Departamento ou de Chefe de Divisão.

§ 6º - O Diretor será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Diretor, que o sucederá, em caso de vacância, até novo provimento.



Secretaria Geral

§ 7º - Na vacância das funções de Diretor e Vice-Diretor, como na falta ou impedimento de ambos, a Diretoria será exercida pelo docente da categoria mais alta existente no MAC, com maior tempo de serviço docente na Universidade.

§ 8º - Na hipótese do § 7º, o processo de elaboração da respectiva lista triplíce deverá ser concluído no prazo máximo de trinta dias.

§ 9º - O Diretor e o Vice-Diretor servirão em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa.

Artigo 10 - Compete ao Diretor:

I - planejar e coordenar a elaboração e a execução do plano anual de atividades do MAC;

II - cumprir o plano de metas;

III - convocar, preparar a pauta e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo e da Comissão Técnico-Administrativa;

IV - submeter à apreciação do Conselho Deliberativo a programação e o relatório anual;

V - dar cumprimento às determinações do Conselho Deliberativo;

VI - providenciar a abertura de concursos da carreira docente e para obtenção do título de livre-docente;

VII - em casos de urgência, adotar as medidas que se fizerem necessárias, *ad referendum* do Conselho Deliberativo; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo ordenamento superior.

§ 1º - O Diretor poderá delegar atribuições ao Vice-Diretor que, neste caso, contará com os meios e os auxiliares indispensáveis para o desempenho das atividades delegadas.

§ 2º - Por delegação de competência do Diretor, membros docentes do CD poderão assumir responsabilidades por atividades especiais junto a órgãos e instituições externas.



Secretaria Geral

SEÇÃO III

DA COMISSÃO TÉCNICO – ADMINISTRATIVA

Artigo 11 – A CTA tem a seguinte composição:

- I - o Diretor do Museu;
- II - o Vice-Diretor do Museu;
- III - o Presidente da Comissão de Graduação;
- IV - o Presidente da Comissão de Pós-Graduação;
- V - o Presidente da Comissão de Pesquisa;
- VI - o Presidente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária;
- VII - dois representantes dos servidores técnicos e administrativos;
- VIII - um representante discente, aluno de Graduação ou Pós-Graduação do MAC ou de outras Unidades de Ensino e Pesquisa, que esteja desenvolvendo projeto no Museu.

Parágrafo único - os representantes indicados nos incisos VII e VIII serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de dois e de um ano respectivamente.

Artigo 12 – Além do previsto no artigo 46-C do Regimento Geral, compete à CTA:

- I - aprovar o orçamento do Museu;
- II - propor ao Conselho Deliberativo a criação de cargos e funções docentes, mediante proposta de membros do quadro docente;
- III - opinar e/ou deliberar sobre contratações, relotação, afastamentos de servidores técnicos e administrativos;
- IV - opinar sobre modificações na estrutura administrativa do MAC, mediante proposta do Diretor;
- V - deliberar sobre remanejamentos espaciais nas instalações prediais do Museu;
- VI - opinar sobre as normas de funcionamento e expediente do Museu;
- VII - aprovar o inventário e o registro de bens culturais e científicos do acervo, bem como o programa de segurança e a política de ingresso no Museu;



Secretaria Geral

VIII - aprovar os relatórios de afastamentos do corpo de servidores técnicos e administrativos do MAC;

IX – opinar sobre as matérias que lhe forem encaminhadas pelo Diretor, pelo CD ou pelas Comissões definidas no artigo 12 deste Regimento.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES DE GRADUAÇÃO, DE PÓS-GRADUAÇÃO, DE PESQUISA E DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Subseção I

Disposições Gerais

Artigo 13 - As comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária deverão elaborar e fazer executar as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão universitária, traçando as diretrizes para orientar e avaliar as ações do MAC nos respectivos âmbitos de competência, considerando a missão e os objetivos institucionais.

§ 1º - Cabe à Comissão de Graduação a gestão da grade curricular de graduação e atividades correlatas de cunho didático-científico neste nível, considerada a orientação geral do Conselho de Graduação.

§ 2º - Cabe à Comissão de Pós-Graduação a gestão dos programas de pós-graduação e atividades correlatas de cunho didático-científico neste nível, considerada a orientação geral do Conselho de Pós-Graduação.

§ 3º - Cabe à Comissão de Pesquisa a elaboração da política de acervo e a gestão da investigação técnica e científica, inclusive a promoção de atividades de pós-doutorado, considerada a orientação geral do Conselho de Pesquisa.

§ 4º - Cabe à Comissão de Cultura e Extensão Universitária a gestão das ações que visem promover o patrimônio cultural, estendendo à sociedade as atividades indissociáveis ao ensino e a pesquisa, considerada a orientação geral do Conselho de Cultura e Extensão Universitária.

§ 5º - Compete às comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária deliberar sobre matérias de sua competência que lhes sejam submetidas pelo Conselho Deliberativo, pelo Diretor, pelas respectivas Pró-Reitorias e Conselhos Centrais.



Secretaria Geral

Artigo 14 – Cada comissão definirá no respectivo regulamento interno:

- I – o elenco de suas atribuições específicas, considerados o ordenamento geral estabelecido pelos respectivos Conselhos Centrais e as diretrizes internas definidas pelo Conselho Deliberativo;
- II – a organização de seu calendário de reuniões;
- III – a sistemática de formalização de seus atos ou procedimentos; e
- IV – outros conteúdos de interesse específico.

Artigo 15 – As comissões contarão com instâncias de apoio acadêmico e administrativo para executar e fazer cumprir as políticas institucionais de ensino, pesquisa e cultura e extensão universitária.

Subseção II

Da Composição

Artigo 16 – A Comissão de Pós-Graduação será composta de cinco docentes, eleitos pelo CD dentre os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação a ela vinculados, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Artigo 17 – As Comissões de Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária serão compostas de três membros docentes, eleitos pelo CD, para mandato de três anos, permitida a recondução.

Parágrafo único – A representação docente será renovada anualmente pelo terço.

Artigo 18 – Os Presidentes das Comissões de Pós-Graduação, de Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária e os respectivos suplentes serão eleitos dentre os membros docentes da respectiva Comissão, respeitados os §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Artigo 19 – A representação discente, eleita pelos seus pares corresponde a:

- I - vinte por cento do total de docentes com assento nas Comissões de Graduação e de Pós-Graduação; e



Secretaria Geral

II - dez por cento do total de docentes com assento nas Comissões de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária.

§ 1º - O representante discente nas Comissões de Pós-Graduação e de Pesquisa será aluno regularmente matriculado em programa de pós-graduação do MAC.

§ 2º - Os suplentes serão eleitos da mesma forma que os titulares.

Artigo 20 – Os membros das comissões de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária do MAC serão substituídos em suas faltas, impedimentos ou, no caso de vacância, pelo respectivo suplente, nos termos do artigo 103 do Estatuto da USP, regulamentado pelo artigo 221 do Regimento Geral.

Artigo 21 – Os órgãos de administração poderão instituir comissões temporárias ou grupos de trabalho para executar finalidades específicas, a seu critério.

CAPÍTULO IV

DO CORPO DOCENTE

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22 – Integram o quadro docente do MAC os professores nele lotados, que ministrem disciplinas de graduação e/ou de pós-graduação.

§ 1º – Os docentes, administrativamente subordinados ao Diretor, deverão se organizar por área, blocos de disciplinas ou grupos de ensino e pesquisa, conforme estabelecido no planejamento estratégico e museológico e no plano de metas.

§ 2º – Os docentes poderão ser credenciados para ministrar disciplinas de graduação ou de pós-graduação em quaisquer Unidades da USP mediante proposta da respectiva Comissão, aprovada pelo Conselho Deliberativo, sendo vedado ao docente não assumir carga didática de qualquer espécie.

Artigo 23 – Docentes externos, com pesquisa e produção de conhecimento nas áreas fins do MAC ou respectivos campos interdisciplinares, poderão ser admitidos na qualidade de professor visitante, mediante proposta de qualquer das Comissões do artigo 4º, aprovada pelo Conselho Deliberativo.



Secretaria Geral

Artigo 24 – A reavaliação quinquenal dos docentes, como preceitua o artigo 104 do Estatuto, será feita de acordo com as normas e procedimentos sugeridos pela Comissão Permanente de Avaliação prevista no artigo 202 do Regimento Geral.

SEÇÃO II

DOS CONCURSOS DA CARREIRA DOCENTE

Artigo 25 – Os concursos para provimento de cargo e acesso à função da carreira serão realizados nos termos do respectivo edital, elaborado de acordo com as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da USP e deste Regimento.

§ 1º - Os concursos serão feitos para o MAC, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.

§ 2º - O programa será aprovado pelo Conselho Deliberativo, mediante proposta da CTA.

Subseção I

Do concurso para Professor Doutor

Artigo 26 – O concurso para Professor Doutor consistirá de três provas, com os seguintes pesos:

- I - julgamento do memorial com prova pública de arguição – peso 4 (quatro);
- II - prova didática, de acordo com o artigo 137 do Regimento Geral – peso 3 (três);
- III - prova escrita, de acordo com o artigo 139 do Regimento Geral – peso 3 (três).

Artigo 27 – As inscrições para o concurso de Professor Doutor serão abertas de acordo com o prazo previsto no artigo 132 do Regimento Geral.



Secretaria Geral

Subseção II

Do concurso para Professor Titular

Artigo 28 – O concurso para Professor Titular consistirá de três provas, com os seguintes pesos:

I - julgamento de títulos, de acordo com o artigo 154 do Regimento Geral – peso 5 (cinco);

II - prova pública oral de erudição, de acordo com o artigo 156 do Regimento Geral – peso 3 (três);

III - prova pública oral de arguição – peso 2 (dois).

§ 1º – Na prova pública de arguição, os examinadores poderão apresentar questões sobre os trabalhos publicados pelo candidato, sua área de atuação ou questões de ordem geral pertinentes ao programa.

§ 2º – Ainda na prova pública de arguição, havendo concordância entre o examinador e o candidato, poderá ser estabelecido o diálogo entre ambos, observado o prazo global de sessenta minutos.

CAPÍTULO V

DO CONCURSO DE LIVRE-DOCÊNCIA

Artigo 29 – Aplicam-se aos concursos de Livre-Docência as disposições do Regimento Geral.

Parágrafo único – As inscrições para os concursos de Livre-Docência serão abertas no mês de agosto, durante trinta dias.

Artigo 30 – O concurso de Livre-Docência consistirá de quatro provas, com os seguintes pesos:

I - prova escrita, de acordo com o artigo 168 do Regimento Geral – peso 2 (dois);

II - defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, de acordo com o artigo 170 do Regimento Geral – peso 3 (três);

III - julgamento do memorial com prova pública de arguição, de acordo com o artigo 171 do Regimento Geral – peso 3 (três);



Secretaria Geral

IV - avaliação didática, de acordo com o artigo 137 do Regimento Geral – peso 2 (dois).

CAPÍTULO VI

DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Artigo 31 – No âmbito das respectivas competências, mediante propostas das Comissões de Graduação e de Pós-Graduação, o MAC poderá organizar cursos ou grades curriculares de graduação, cursos de especialização e programas de pós-graduação, observadas as demais normas da Universidade.

Artigo 32 – As atividades de apoio à docência e às comissões estatutárias serão desenvolvidas pela Secretaria Acadêmica do Museu.

Artigo 33 – A Comissão de Pesquisa é responsável pela gestão do Acervo do MAC e fará executar as políticas de pesquisa e curadoria, conforme definido no Artigo 4º.

Parágrafo único - Compõem o Acervo do Museu:

I - coleções de obras de arte;

II - arquivo; e

III - Biblioteca Lourival Gomes Machado.

Artigo 34 - A Comissão de Cultura e Extensão Universitária fará executar as políticas de Cultura e Extensão relativas às atividades de:

I - produção de exposições e eventos;

II - difusão e distribuição de conteúdos;

III - educação; e

IV - produção de publicações.



Secretaria Geral

CAPÍTULO VII

DO CORPO DISCENTE

Artigo 35 – As atividades do corpo discente são reguladas pelo Estatuto e Regimento Geral da USP, por este Regimento e pelos atos editados pelas comissões de Graduação e de Pós-Graduação.

Artigo 36 – Integram o corpo discente do MAC os alunos de graduação, de pós-graduação e outros de longa duração, como especialização e aperfeiçoamento, formalmente inscritos em seus cursos e programas, bem como alunos dos mesmos níveis, de outras Unidades de Ensino e Pesquisa, que estejam desenvolvendo projetos no Museu.

Parágrafo único - O MAC estimulará atividades extracurriculares por meio de monitorias, estágios, designação de professores tutores, com o propósito de aperfeiçoar a formação acadêmica, científica e cultural dos estudantes.

Artigo 37 – As funções de monitor poderão ser exercidas por alunos matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* do MAC, selecionados mediante análise de rendimento escolar, provas específicas para avaliar o suficiente conhecimento da matéria, e verificação da capacidade de auxiliar os membros docentes.

§ 1º – Aos alunos monitores caberá auxiliar os membros docentes em atividades técnico-didáticas, sendo vedado atribuir-lhes atividades docentes.

§ 2º – A monitoria será exercida pelo prazo de um ano, renovável por mais um ano.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 38 - O MAC poderá acolher professores visitantes ou professores colaboradores na forma estabelecida pelo Regimento Geral da USP e por este Regimento.

Parágrafo único - Os professores visitantes ou colaboradores serão acolhidos mediante proposta de membros do quadro docente aprovada pelo Conselho Deliberativo, ouvida a CTA.



Secretaria Geral

CAPÍTULO IX**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Artigo 1º – No caso de o MAC não dispor de Professores Titulares e Professores Associados em número suficiente, a lista tríptica para Vice-Diretor poderá ser integrada por docentes do Museu portadores do título de Doutor.

Artigo 2º - Na insuficiência de número de docentes para representar a respectiva categoria no CD, de acordo com o previsto no inciso IV do artigo 6º deste Regimento, serão eleitos docentes, independentemente da categoria, para completar a representação.

Artigo 3º - Com a promulgação deste Regimento, continuarão em vigor, até seu término, os mandatos do Diretor e do Vice-Diretor do MAC, vedada a recondução.

Artigo 4º – No prazo de 120 (cento e vinte) dias da aprovação deste Regimento pelo Conselho Universitário, o Diretor providenciará sua adoção plena.

Parágrafo único - O Diretor deve reinstalar o Conselho Deliberativo e os demais colegiados, observada a composição prevista neste Regimento.

MINUTA DE RESOLUÇÃO
PROCESSO 99.1.432.5.9 – FACULDADE DE MEDICINA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA

1

Ofício AAc. 96.11

São Paulo, 20 de junho de 2011.

AO

PROF. DR. GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO

MD. PROCURADOR GERAL DA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Sr. Procurador Geral,

Conforme entendimentos verbais mantidos, encaminho a V.Sa. o Processo 99.1.432.5.9, que trata do **credenciamento de médicos do Hospital das Clínicas da FMUSP como *professores colaboradores médicos***, formalizando solicitação de seja feita uma avaliação sobre o assunto, tendo em vista a possibilidade de simplificar as diversas etapas que envolvem o processo de credenciamento e, sobretudo, de firmar um procedimento que possa configurar o reconhecimento factual da Universidade de São Paulo, para com o relevante e decisivo papel que os médicos do HCFMUSP exercem na formação profissional dos nossos alunos.

Para facilitar o entendimento dos diversos aspectos da matéria, destaco:

- 1) Ofício fl. 02
- 2) Considerações fls. 05/06
- 3) Parecer COP, fl.28
- 4) Parecer CLR, fls. 37/39
- 5) Resolução 4727, de 24/11/1999, fls.62/67
- 6) DÚVIDAS E QUESTIONAMENTOS – fls.117 e 121/125 e,
- 7) A partir das fsl. 131, cópias de trechos das atas da Congregação FMUSP, Conselho Deliberativo do HC e Conselho Universitário, que dão um panorama



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE MEDICINA

256

das discussões e deliberações que culminaram na criação da categoria de Professor Colaborador Médico do HC.

PRINCIPAIS PROBLEMAS EXISTENTES:

- Todas as questões levantadas na fl.117, na manifestação do Departamento de Moléstias Infecciosas – endossada pelo Departamento de Cirurgia (fls.118 em diante) – persistem e são motivo de grande insatisfação por parte do corpo clínico do HC (destacando-se o fato de que os médicos do corpo clínico do HC, em geral, permanecem nessa condição muito mais do que os 6 anos permitidos pela Resolução, como prazo máximo sucessivo de credenciamento);
- O TERMO DE COOPERAÇÃO foi firmado com vigência de 5 anos, a partir de JULHO DE 2000 (fl.84) – portanto, ESTÁ VENCIDO.
- O processo de credenciamento é muito semelhante ao processo de concurso para ingresso na carreira docente (inclusive pelo custo com banca examinadora e com o tempo despendido e recursos humanos administrativos necessários para realizá-lo) gerando nos médicos a ideia de que fizeram um *concurso* (através do qual, uma vez aprovados e indicados para a função de professor colaborador médico, adquirem os deveres e direitos da carreira docente...)

SUGESTÕES:

- Buscar um mecanismo legal que possa estabelecer que todos os médicos do HC, uma vez atendidas algumas condições mínimas, sejam professores colaboradores médicos da FMUSP (da mesma forma que os professores titulares da FMUSP são responsáveis pelos serviços do HC – vide artigo 634 do Regulamento do HC – Decreto 9720/77:

Artigo 634 – Aos Professores Titulares dos Departamentos ou das Disciplinas da FMUSP cabe a responsabilidade técnica, didática e de direção das correspondentes unidades médicas e de apoio previstas neste Regulamento.

§ 1º - A direção das unidades médicas e de apoio que não tiverem departamentos correspondentes na FMUSP será exercida por professores, médicos ou outros profissionais, da FMUSP ou do HC, indicados pelos respectivos Conselhos Diretores.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA

2 25

§ 2º - *As atividades dos professores da FMUSP, quando estiverem na direção ou supervisão de unidades médicas ou de apoio ou das unidades a elas subordinadas, serão consideradas como parte de suas atividades docentes.)*

- Se for absolutamente inviável a sugestão acima, *modificar o processo de credenciamento, simplificando-o*: cada Departamento relaciona os médicos do corpo clínico do HC que exercem atividades de supervisão/formação dos alunos de graduação/pós-graduação/residência médica da FMUSP em sua respectiva área/especialidade e, com a chancela da Comissão de Graduação e/ou de Pós-Graduação, a Congregação da FMUSP homologa, cabendo ao Departamento de Recursos Humanos do HC comunicar à FMUSP as demissões/aposentadorias ocorridas e ao Departamento ao qual o professor médico colaborador está vinculado, a comunicação de seu eventual afastamento das atividades docentes.

Agradecendo desde já a atenção que for dedicada ao assunto e disponibilizando-me para quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam necessários, apresento meus cumprimentos.

Cordialmente,

Prof. Dr. José Otávio Costa Auler Junior
Vice-Diretor no Exercício da Diretoria da FMUSP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

259

PG. P. 2341/11
JAC/

PROCESSO: 99.1.432.5.9

INTERESSADO: FACULDADE DE MEDICINA

ASSUNTO: Professor Colaborador Médico
Resolução 4727/99.

P A R E C E R

O Vice-Diretor em exercício da Diretoria da Faculdade de Medicina solicita a reavaliação do processo de credenciamento dos professores colaboradores médicos, a fim de simplificá-lo, firmando-se, ainda, "procedimento que possa configurar o reconhecimento factual da Universidade de São Paulo, para com o relevante e decisivo papel que os médicos do HCFMUSP exercem na formação profissional" dos alunos (fls. 255/257).

Aponta como problemas: a) o prazo máximo de credenciamento (seis anos) é menor que do que o período que os médicos, geralmente, permanecem no corpo clínico do HC; b) o termo de cooperação firmado entre o HCFMUSP e a USP, visando a colaboração para o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade, está vencido; c) o processo de credenciamento é muito semelhante ao processo de concurso para

[Assinatura]
1



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

ingresso na carreira docente o que, além de gerar nos médicos a idéia de que fizeram um concurso, para a USP implica nos mesmo gastos de um concurso docente.

A título de sugestão apresenta como alternativas: 1) buscar um mecanismo para credenciamento automático dos professores médicos colaboradores; 2) na impossibilidade, simplificar o processo de credenciamento da seguinte forma: o Departamento encaminharia a relação dos médicos, que, após oitiva da Comissão de Graduação e/ou Pós-Graduação, seria homologada pela Congregação.

Feito o breve relatório, passamos as nossas considerações.

O credenciamento de médicos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como Professores Colaboradores Médicos está disciplinado na Resolução nº 4727, de 24 de novembro de 1999.

Nos termos da referida norma, a presença dos Colaboradores Médicos destina-se a apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Medicina, considerando o relacionamento institucional entre a Unidade e o Hospital das Clínicas.

Tal relacionamento institucional resultou no Termo de Cooperação entre a FM e o HC, celebrado em 11 de julho de 2000, objetivando a colaboração para o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade.

Referido instrumento vigorou por cinco anos, e vem se renovando automaticamente, apesar da expressa previsão de celebração de novo instrumento.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

261

Diante disso, o primeiro aspecto a ser providenciado é a celebração de novo ajuste, que poderá seguir os mesmos termos do anterior.

No que concerne ao credenciamento, cumpre salientar que o vínculo dos médicos do HC com a Universidade é acadêmico, e não funcional. Sob esse aspecto, importante trazer trecho das razões que levaram a Comissão de Legislação e Recursos a aprovar a matéria, que ficou consubstanciada na Resolução nº 4727/99: "Considero, particularmente, que o presente arranjo excepcional é adequado à Faculdade de Medicina tendo em vista a profunda interpenetração entre as duas entidades, o que torna a situação ímpar e extremamente peculiar. De fato, o espírito da presente iniciativa é apenas o de dar ao médico que já colabora com o ensino e a pesquisa status de docente, além de regulamentar a sua inestimável colaboração. No entanto, deve-se ter presente que sua presença do Departamento é fugaz e não tem compromisso equivalente ao de um membro do Corpo Docente da Universidade de São Paulo, posto que não pertence ao seu quadro docente (fls. 39).

Com base nesse entendimento é que foi fixado para o credenciamento o prazo de 2 (dois), prorrogável duas vezes por igual período, totalizando o prazo máximo de 6 (seis) anos, de forma a propiciar um revezamento entre os colaboradores.

Quanto ao processo estabelecido para credenciamento, sob o aspecto jurídico, sua alteração é viável - tendo em vista a inter-relação entre as duas instituições, sobretudo considerando que o HC é hospital escola, o que faz com que seu corpo médico esteja envolvido nas atividades que ali desenvolvem os alunos de Graduação e Pós-Graduação.

Nesse sentido, a Unidade deverá indicar os requisitos objetivos, bem como a forma de acompanhamento das



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

4

264

atividades dos credenciados, a fim de embasar a edição de nova Resolução.

Diante disso, propomos o retorno dos autos à Faculdade de Medicina, para ciência deste e apresentação de proposta circunstanciada.

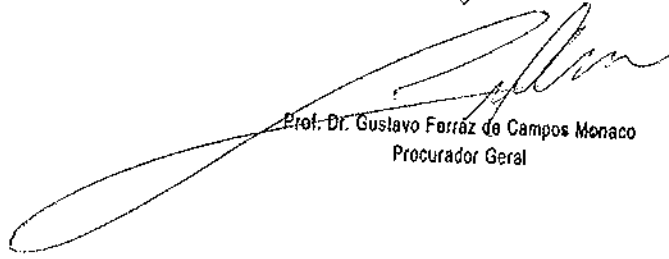
À elevada consideração dessa DD. Chefia.

Consultoria Jurídica, 23 de agosto de 2011.

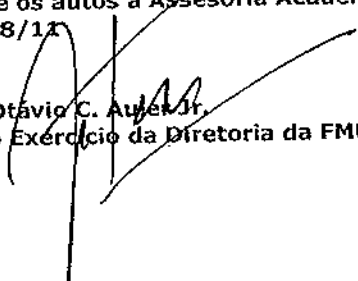

JOCÉLIA DE ALMEIDA CASTILHO
Procuradora

Adolfo o Parcer.
à FM.

PG, 23.ago.2011


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral

Encaminhem-se os autos à Assessoria Acadêmica, para exame.
Diretoria, 29/08/11


Prof. Dr. José Otávio C. Auler Jr.
Vice-Diretor no Exercício da Diretoria da FMUSP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA

263

Ofício AAC.020.12

São Paulo, 6 de março de 2012.

AO

ILMO. PROF. DR. GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO

PROCURADOR GERAL DA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Sr. Procurador Geral,

Em consonância com o Parecer PG.P.2341/11 (fls.259/262), que faculta a possibilidade de alterar o processo de credenciamento (fl.261, penúltimo parágrafo), encaminho a V.Sa. propostas aprovadas pela Congregação da FMUSP, de Minuta de Convênio e de Minuta de Resolução disciplinando o referido processo.

Saliento que duas grandes mudanças estão sendo propostas: a eliminação do processo de credenciamento nos mesmos moldes de um concurso docente, que seria substituído por: - *O interessado em se credenciar como Professor Colaborador deverá apresentar solicitação diretamente ao Departamento da FMUSP ao qual está vinculada a Divisão do HCFMUSP em que desenvolve suas atividades, acompanhado de: a) Currículo vitae, atualizado na Plataforma Lattes; b) Projeto de pesquisa, de ensino ou de extensão, de interesse do Departamento; c) Plano de Trabalho discriminando as atividades que serão desenvolvidas junto ao Departamento. O Projeto e o Plano de Trabalho, ouvidos os Departamentos interessados e a Comissão de Graduação e/ou Pós-Graduação e/ou Pesquisa e/ou Cultura e Extensão Universitária da FMUSP, deverão ser aprovados pela Congregação, com base na avaliação da proposta apresentada e no reconhecimento da qualificação acadêmica do interessado, tendo em vista o interesse institucional.*

Quanto ao convênio, a grande alteração proposta refere-se à ampliação da possibilidade de credenciamento, que deixaria de restringir-se aos médicos e passaria a oferecer a todos os integrantes do corpo clínico do HCFMUSP, portadores de titulação acadêmica compatível com a exigida para o ingresso na carreira docente da USP,



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA

5

oportunidade de serem credenciados para participar das atividades de ensino e pesquisa da FMUSP, como Professores Colaboradores, nos termos da regulamentação da própria USP. Com esta modificação, os profissionais de nível superior do Hospital das Clínicas da USP, vinculados aos cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, passariam a ter oportunidade de também obter o credenciamento como professor colaborador da FMUSP que, além do curso de Medicina, também possui os cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional.

Agradecendo a atenção sempre dedicada aos assuntos desta Escola e colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que sejam necessários, renovo meus cumprimentos.

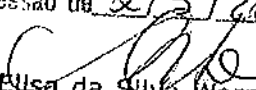
Cordialmente,

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e elegantes, correspondendo ao nome do signatário.

PROF. DR. JOSE OTAVIO COSTA AULER JUNIOR
VICE-DIRETOR NO EXERCÍCIO DA DIRETORIA DA FMUSP

TERMO DE COOPERAÇÃO

APROVADO NA CONGREGAÇÃO DA FMUSP
em sessão de 21/3/2012


Marcia Elisa da Silva Werneck
Assistente Técnica Acadêmica da FMUSP

*TERMO DE COOPERAÇÃO QUE
CELEBRAM o Hospital das Clínicas da
Faculdade de Medicina da Universidade
de São Paulo e a Universidade de São
Paulo visando a colaboração para o
aprimoramento do ensino, da pesquisa e
da prestação de serviços médico-
hospitalares à comunidade.*

Pelo presente instrumento, de um lado, o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, entidade autárquica estadual, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, criada pelo Decreto-Lei nº 13.192, de 19 de janeiro de 1943, reido por seu Regulamento....., neste ato representada por seu Superintendente, Dr. Fumio.... e de outro lado a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, autarquia estadual de regime especial, regida por seu Estatuto aprovado pela Resolução nº 3.4612, de 7 de outubro de 1988 e pelo seu Regimento Geral...., neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Professor Doutor João Grandino Rodas, por intermédio de sua FACULDADE DE MEDICINA, representada por seu Vice-Diretor no exercício da Diretoria, Professor Doutor Jose Otavio Costa Auler Junior, doravante designada FMUSP e considerando:

- o nível de relacionamento institucional que existe entre a FMUSP e o HCFMUSP;
- que o HCFMUSP, desde o ato de sua criação, Decreto-Lei nº 13.192/43, tem entre seus fins servir de campo de instrução aos estudantes da FMUSP;
- que desde que o mesmo Decreto de criação foi estabelecida a reciprocidade entre as duas instituições, incluindo no Corpo Clínico do HCFMUSP os docentes da FMUSP, sem ônus para o HCFMUSP, no artigo 13 do Decreto-Lei nº 13.192/43;
- que pelo seu atual Regimento, o HCFMUSP é entidade associada à USP, para fins de ensino, pesquisa e prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade e que, pelo artigo 634 do mesmo Regimento, a responsabilidade técnica, didática e de direção das Unidades Médicas de Apoio é atribuída aos Professores Titulares da FMUSP;
- que o Regimento Geral da USP também arrola o HCFMUSP entre as entidades associadas, no artigo 14, inciso I, das Disposições Transitórias, de acordo com a Resolução nº 3745/90;
- que as finalidades institucionais da FMUSP e do HCFMUSP são, por força dos próprios regimentos, profundamente inter-relacionadas,

resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a integração dos partícipes para o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços médico-hospitalares à

comunidade, conforme projeto acadêmico da FMUSP, aprovado pela Congregação durante a vigência deste Termo e que será considerado parte integrante deste.

CLÁUSULA SEGUNDA – METAS

São metas deste TERMO aquelas especificadas no Projeto Acadêmico da FMUSP, em relação ao ensino de graduação e de pós-graduação, à pesquisa e à extensão de serviços à comunidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – AUSÊNCIA DE IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS

O presente TERMO não implica em qualquer ônus financeiro de um dos partícipes em relação ao outro, sendo que cada partícipe arcará com os ônus correspondentes às suas obrigações neste ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA USP

São obrigações da USP:

- I - prover com seus docentes o Corpo Clínico do HCFMUSP, recaindo sobre os Professores Titulares a responsabilidade técnica, didática e de direção das Unidades Médicas e de Apoio, de acordo com o artigo 634 do Decreto nº 9720/77;
- II - colaborar com as atividades próprias do HCFMUSP, oferecendo suporte de orientação e pesquisa, nos limites dos seus próprios objetivos acadêmicos;
- III - dar aos integrantes do corpo clínico do HCFMUSP, portadores de titulação acadêmica compatível com a exigida para ingresso na carreira docente da USP, oportunidade de serem credenciados para participar das atividades de ensino e pesquisa da FMUSP, como Professores Colaboradores, nos termos da regulamentação da própria USP.

Parágrafo Único

Os credenciados deverão firmar Termo de Adesão, com base na Lei Federal nº 9608, de 16 de fevereiro de 1996.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO HCFMUSP

São obrigações do HCFMUSP:

- I - prover recursos físicos para as atividades de prática médica a serem realizadas pelos alunos da FMUSP e cursos afins da USP;
- II - permitir que os integrantes do seu Quadro Funcional colaborem com as atividades da FMUSP.

CLÁUSULA SEXTA – COORDENAÇÃO DO TERMO

A Coordenação Técnica e Administrativa do presente acordo será exercida em conjunto pelo Diretor da FMUSP, Diretor Clínico e Superintendente do HCFMUSP, cabendo-lhes a solução e encaminhamento de questões técnicas e administrativas que surgirem, bem como a supervisão e gerenciamento dos trabalhos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Caso resultem das atividades deste acordo, inventos, aperfeiçoamentos ou inovações passíveis de obtenção de privilégio ou patente, nos termos da legislação brasileira e das convenções internacionais de que o Brasil é signatário, fica estabelecido o seguinte:

I - os partícipes se obrigam a recíprocas comunicações, caso cheguem a algum resultado passível de obtenção de privilégio ou patente, mantendo-se o sigilo necessário para a proteção de tal resultado;

II - os direitos e obrigações oriundos dos pedidos de registro de privilégios ou patentes decorrentes desta cooperação, serão atribuídos aos partícipes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) a cada um;

III - cada partícipe, nos prazos estabelecidos na legislação vigente, se obriga a requerer, em nome de ambos e perante os órgãos competentes, o privilégio ou patente, bem como o acompanhamento e tramitação do processo;

IV - caberá a cada partícipe, tomar as providências legais e judiciais no sentido de resguardar a propriedade, a apropriação e o uso indevido por terceiros, das patentes mencionadas neste ajuste;

V - a concessão de licença a terceiros, para a exploração de patentes geradas neste acordo, dependerá de prévia anuência de cada partícipe, ficando convencionado que os resultados líquidos serão divididos em partes iguais pelos signatários;

VI - cada partícipe poderá, com a aprovação do outro, ceder total ou parcialmente os direitos que lhe couberem sobre as patentes, obtendo para si os resultados financeiros decorrentes, garantindo ao partícipe o direito de preferência na aquisição, respeitadas as disposições da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA NONA – DIREITOS AUTORAIS

Se do presente TERMO resultar obra científica, literária ou relativa a programas de computador, os direitos decorrentes pertencerão aos signatários em partes iguais, devendo a eventual utilização ser regulada em termo próprio, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA

O presente TERMO vigorará por prazo indeterminado, a partir da data da sua assinatura e poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Primeiro

Havendo pendências, os partícipes definirão, mediante Termo de Encerramento, as responsabilidades pela conclusão ou encerramento de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, assegurada a conclusão regular do semestre letivo e respeitadas as demais atividades em curso.

Parágrafo Segundo

Denunciado o TERMO, cessarão, no momento do seu término, os credenciamentos de Professores Colaboradores vinculados ao HCFMUSP que estejam em vigor, com base na regulamentação específica da Universidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente TERMO, fica eleito o foro da Capital de São Paulo, em uma das Varas da Fazenda Pública, com exclusão de qualquer outro, mesmo privilegiado.

E por estarem assim justas e convencionadas, as partes assinam o presente TERMO em cinco vias de igual teor e um só efeito.

São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor da USP

FUMIO
Superintendente do HCFMUSP

JOSE OTAVIO COSTA AULER JR. **ELOISA SILVA DUTRA DE O. BONFÁ**
Vice-Diretor no exercício da diretoria da FMUSP Diretora Clínica do HCFMUSP

MINUTA DE RESOLUÇÃO PARA DISCIPLINAR O CREDENCIAMENTO DE PROFESSORES COLABORADORES VINCULADOS AO HCFMUSP

APROVADO NA CONGREGAÇÃO DA FMUSP

em sessão de 21/3/2012


 Marcia Elisa da Silva Werneck
 Assistente Técnica Acadêmica da FMUSP

Disciplina o credenciamento de membros do Corpo Clínico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como Professores Colaboradores, para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Medicina.

O Reitor da Universidade de São Paulo,

Considerando o relacionamento institucional existente entre a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, autarquia especial da Secretaria da Saúde, doravante designado Hospital das Clínicas;

Considerando que o Hospital das Clínicas, desde o ato de criação, Decreto-lei nº 13192/43, tem entre seus fins servir de campo de instrução aos estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo;

Considerando que desde o mesmo Decreto de criação foi estabelecida a reciprocidade entre as duas entidades, tendo-se incluído no Corpo Clínico do Hospital, os professores e assistentes de clínica da Faculdade de Medicina, sem ônus para o Hospital, conforme artigo 13 do mencionado Decreto-lei nº 13.192/43;

Considerando que pelo seu atual Regimento, Decreto nº 9720/77, o Hospital das Clínicas é entidade associada à USP, para fins de ensino, pesquisa e prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade e que, pelo artigo 634 do mesmo Regimento, a responsabilidade técnica, didática e de direção das correspondentes unidades médicas é atribuída aos Professores Titulares da Faculdade de Medicina;

Considerando que o Regimento Geral da Universidade de São Paulo, reciprocamente, também arrola o Hospital das Clínicas entre as entidades associadas, no Art. 14, I, das Disposições Transitórias, de acordo com a Resolução nº 4135/94;

Considerando, então, que as finalidades institucionais da Faculdade de Medicina e do Hospital das Clínicas são, por força dos próprios regimentos, profundamente interrelacionadas;

e tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 23 de novembro de 1999, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Esta resolução disciplina o credenciamento de integrantes do Corpo Clínico do Hospital das Clínicas como Professores Colaboradores, com base nos arts. 86 do Estatuto e 195 do Regimento Geral da Universidade, para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Medicina.

Artigo 2º - Para ser admitido como Professor Colaborador, o profissional do Hospital das Clínicas deverá preencher, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) ser integrante do corpo clínico do Hospital das Clínicas;
- b) ser portador de título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;
- c) ser admitido em processo de credenciamento, na forma do Art. 4º, de acordo com o projeto acadêmico da FMUSP, aprovado pela Congregação.

Artigo 3º - O credenciamento tem natureza exclusivamente acadêmica, decorrente do relacionamento institucional que existe entre a Faculdade de Medicina da USP e o Hospital das Clínicas, definido no Regimento Geral da USP, Art. 14, I, das Disposições Transitórias, e no Regulamento do Hospital das Clínicas (Decreto nº 9.720/77, artigo 1º, § 1º), bem como no projeto acadêmico da FMUSP, aprovado pela Congregação.

§ 1.º O credenciamento não cria vínculo empregatício nem obrigação trabalhista ou funcional, não dando, portanto, ao Professor Colaborador o direito a remuneração, contagem de tempo de serviço ou qualquer outro benefício de natureza trabalhista ou previdenciária ou afim, a cargo da Universidade de São Paulo, permanecendo apenas os encargos funcionais existentes sob a responsabilidade do Hospital das Clínicas.

§ 2.º O credenciamento poderá ser utilizado como título nos editais de concursos para provimento de cargos ou funções docentes e para a obtenção de títulos na Universidade de São Paulo.

Artigo 4º - O interessado em se credenciar como Professor Colaborador deverá apresentar solicitação diretamente ao Departamento da FMUSP ao qual está vinculada a Divisão do HCFMUSP em que desenvolve suas atividades, acompanhado de:

- a) *Curriculum vitae*, atualizado na Plataforma Lattes;
- b) Projeto de pesquisa, de ensino ou de extensão, de interesse do Departamento;
- c) Plano de Trabalho discriminando as atividades que serão desenvolvidas junto ao Departamento.

§ 1º - O Projeto e o Plano de Trabalho, ouvidos os Departamentos interessados e a Comissão de Graduação e/ou Pós-Graduação e/ou Pesquisa e/ou Cultura e Extensão Universitária da FMUSP, deverão ser aprovados pela Congregação, com base na avaliação da proposta apresentada e no reconhecimento da qualificação acadêmica do interessado, tendo em vista o interesse institucional.

§ 2º - Ao tomar ciência de sua aprovação, o interessado manifestará explicitamente sua concordância com as atividades a serem desenvolvidas no Departamento e assinará o Termo de Adesão para o desempenho de Serviço Voluntário, com fundamento na Lei nº 9.608/98 e nesta Resolução.

§ 3º - Na hipótese de interrupção da colaboração acadêmica entre o Hospital das Clínicas e a Faculdade de Medicina, com a denúncia do convênio que disciplina essa relação, cessarão automaticamente os credenciamentos dos Professores Colaboradores, a partir da data em que a denúncia se tornar efetiva.

Artigo 5º - Uma vez assinado o Termo de Adesão mencionado no parágrafo segundo do artigo 4º, o Professor Colaborador fica obrigado a submeter bienalmente, ao Departamento ao qual está vinculado, relatório de suas atividades acompanhado de Currículo Lattes e atualização do plano de trabalho e projeto de pesquisa.

Parágrafo Único: Os Departamentos devem enviar à Congregação, a cada dois anos, em data a ser por ela estabelecida, uma apreciação – elaborada em formulário específico a ser encaminhado pela Assistência Acadêmica da FMUSP – sobre o conjunto das atividades realizadas por seus Professores Colaboradores credenciados.

Artigo 6º - O Professor Colaborador poderá ser descredenciado, nas seguintes hipóteses:

I - por ato do Diretor da Faculdade de Medicina, quando requerido pelo interessado;

II - por decisão da Congregação, mediante proposta do Conselho de Departamento, motivada pelo desempenho insuficiente do credenciado em relação ao projeto de pesquisa e plano de trabalho aprovados por ocasião do processo de credenciamento, renovados bienalmente, assegurado o direito de defesa do interessado;

III - por ato vinculado do Diretor da Faculdade de Medicina, se o Colaborador deixar de fazer parte do Corpo Clínico do Hospital das Clínicas.

Artigo 7º - O Professor Colaborador poderá participar das atividades acadêmicas em que haja nexos entre as práticas na área de saúde e interesses de ensino, pesquisa ou extensão de serviços à comunidade, e, em especial, o seguinte:

a) ministrar, como co-responsável, disciplinas de Graduação ou Pós-Graduação relacionadas com as práticas na área de saúde;

b) coordenar projetos de pesquisa, atuando nos laboratórios, no Hospital e nas enfermarias;

c) supervisionar a atividade dos alunos nas clínicas médicas;

d) orientar os alunos em programas de iniciação científica, mestrado e doutorado, de acordo com as regras de credenciamento específico das Comissões de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Medicina;

e) integrar Comissões Julgadoras de concursos docentes, sendo computados como membros da casa unicamente para a finalidade de cálculo da proporção entre membros pertencentes à Faculdade e os estranhos a ela, conforme o disposto no Regimento Geral da Universidade;

f) exercer outras atividades, para as quais seja indicado pelo Conselho do Departamento ou pela Congregação da Faculdade de Medicina e que não alterem a natureza do credenciamento.

Artigo 8º - Os Chefes de Departamento e os Presidentes das Comissões a que se referem os incisos IV e V e o Parágrafo único do art. 44 do Estatuto poderão convidar um representante dos Professores Colaboradores para assistir, sem direito a voto, às sessões dos Conselhos do Departamento e das Comissões, respectivamente.

Artigo 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a de nº 4727, de 24 de novembro de 1999. (Proc. 99.1.432.5.9).

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS

Reitor

RUBENS BEÇAK

Secretário Geral



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

PG. P. 1377/12
JAC/

PROCESSO: 99.1.432.5.9

INTERESSADO: FACULDADE DE MEDICINA

ASSUNTO: Professor Colaborador Médico
Resolução 4727/99.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral

O Vice-Diretor em exercício da Diretoria da Faculdade de Medicina encaminha proposta de alteração da Resolução nº 4727/99, que disciplina o credenciamento de membros do Corpo Clínico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, bem como novo Termo de Cooperação a ser celebrado entre o Hospital das Clínicas e a Universidade de São Paulo, visando a colaboração para aprimoramento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade (fls. 263/264).

Aduz em seu Ofício, que estão sendo propostas duas grandes mudanças: "a eliminação do processo de credenciamento nos mesmos moldes de um concurso docente, que assim seria substituído". O interessado em se credenciar como Professor Colaborador deverá apresentar solicitação diretamente ao Departamento da FMUSP ao qual está vinculada a Divisão do HCFMUSP em que desenvolve suas atividades, acompanhado de: a) *Curriculum vitae*, atualizado na Plataforma Lattes; b) Projeto de pesquisa, de ensino ou de extensão, de interesse do Departamento; c) Plano de Trabalho



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

10

2X

discriminando as atividades que serão desenvolvidas junto ao Departamento. O Projeto e o Plano de Trabalho, ouvidos os Departamentos interessados e a Comissão de Graduação e/ou Pós-Graduação e/ou Pesquisa e/ou Cultura e Extensão Universitária da FMUSP, deverão ser aprovados pela Congregação, com base na avaliação da proposta apresentada e no reconhecimento da qualificação acadêmica do interessado, tendo em vista o interesse institucional.

Aponta que o Termo de Cooperação, por sua vez, amplia a possibilidade de credenciamento, pois passaria a oferecê-la a todos os integrantes do corpo clínico do HCFMUSP, portadores de titulação compatível, vinculados aos cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, não apenas aos médicos.

Feito o breve relatório, passamos a opinar.

Conforme mencionado no Parecer nº 2341/11 (fls. 259/262), a celebração de novo Termo de Cooperação faz-se necessária.

Assim, em boa hora veio o instrumento de fls. 265/268. Resta verificar a legalidade de seus termos, e sua adequação aos padrões da Universidade.

Examinando a minuta apresentada, constatamos que foram alterados dispositivos para substituir "médicos, integrantes do corpo clínico do HCFMUSP" por "integrantes do corpo clínico do HCFMUSP", especificamente o inciso II e parágrafo único da Clausula Quarta, inciso II da Clausula Quinta.

Quanto à vigência do convênio, nos termos das normas em vigor na Universidade, deve ser limitada a cinco anos (Resolução nº 4715/99), a podendo ser firmado novo ajuste, depois de vencido esse período, em havendo interesse das partes.

RP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

276

No que concerne à minuta de Resolução, que disciplina o credenciamento, verificamos que houve ampliação para o todo o corpo clínico do Hospital, seguindo o mesmo critério proposto no Termo de Cooperação.

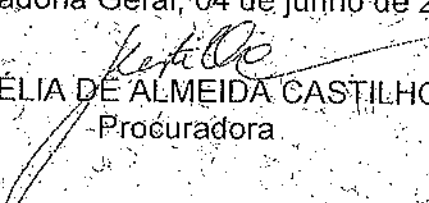
Também se constata a alteração do procedimento para credenciamento, que foi simplificado.

Sob o aspecto jurídico, não há óbices a serem levantados aos termos trazidos a exame.


Deverá, entretanto, o mérito do Termo de Cooperação ser apreciado pela D. COP, bem como o da Resolução ser analisado pela D. CLR e pelo Colegiado Conselho Universitário.

A elevada consideração dessa DD. Chefia.

Procuradoria Geral, 04 de junho de 2012.


JOCÉLIA DE ALMEIDA CASTILHO
Procuradora

Acolho o Parecer
A SG para deliberação
das d. COP, CLR e do Colegiado
do Conselho Universitário.
PG, 4 jun 2012.


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Moriaco
Procurador Geral



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Física de São Carlos

Caixa Postal 369
13560-970, São Carlos, SP
Brasil

T +55(16)3373.9851
F +55(16)3373.9877
luizno@usp.br
<http://www.ifsc.usp.br>

Processo: 99.1.432.5.9

Interessada: Faculdade de Medicina

Assunto: Credenciamento de professores colaboradores

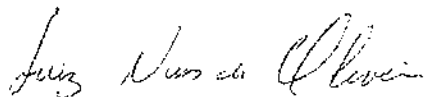
Senhor Presidente da CLR,

Chega a esta Comissão minuta de Resolução aprovada pela Congregação da Faculdade de Medicina, que visa a disciplinar o credenciamento de Professores Colaboradores vinculados ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. A minuta tem por objetivo atualizar a Resolução 4727/1999, que trata do mesmo assunto. Como se sabe, a cooperação entre a FMUSP e o HC, que foi criada junto com o Hospital, ainda hoje serve de modelo para o trabalho conjunto de duas instituições com missões complementares. Nesse produtivo arranjo, os Professores Titulares da FM coordenam as unidades médicas do HC, enquanto médicos do HC participam das atividades didáticas, de pesquisa e de extensão da FM. A Resolução 4727, ao definir o credenciamento para essas atividades, criou um concurso para escolher os Professores Colaboradores a que poderiam concorrer apenas os médicos vinculados ao HC portadores de título de Doutor. A minuta a fls. 269-272 elimina o concurso e dá igual oportunidade aos outros Doutores no corpo clínico do Hospital. O credenciamento de um Professor Colaborador passa a depender apenas da aprovação de seu pedido pela Congregação da Unidade, que avaliará sua qualificação profissional e a adequação do seu plano de trabalho. A cada dois anos, o Professor Colaborador deve submeter relatório de atividades acompanhado de plano de trabalho atualizado.

O mérito da proposta de mudança é bastante evidente. A alteração no sistema de credenciamento do concurso é especialmente saudável porque valoriza o

alinhamento entre o plano de trabalho e o Projeto Acadêmico da Faculdade de Medicina, ao mesmo tempo em que elimina uma redundância. Isso posto, acompanho o parecer da Procuradoria Geral a fls. 274-276 e recomendo que a CLR aprove a minuta, para que o Conselho Universitário possa discutir a proposta.

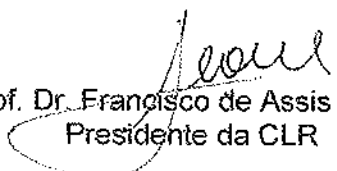
São Carlos, 3 de agosto de 2012



Luiz Nunes de Oliveira

A CLR, em sessão realizada em 15 de agosto de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de nova Resolução que disciplina o credenciamento de Professores Colaboradores vinculados ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.



Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral

INCLUSÃO SOCIAL / COTAS